

A questão urbana do Brasil

Fundação João Mangabeira

Oficina realizada em 12 de agosto de 2011

Sumário

Atividades do período da manhã	4
Sinoel Batista - Quanta Consultoria	4
Dr. Carlos Siqueira - presidente Fundação João Mangabeira-	6
Professora Maria Lucia Martins - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.....	9
Professor Benedito Mariano	25
Professora Simone Polli - Universidade Federal Tecnológica do Paraná	38
Debates - manhã	50
Sinoel Batista	50
Professora Maria Lucia Martins	50
Professor Benedito Mariano	52
Carlos Siqueira	55
Atividades do período da tarde	59
Carlos Bachiega	59
Patrícia Laczynski	79
Ana Carolina Evangelista	100
Debates - tarde	107
Sinoel Batista	107
Carlos Bachiega	107
Carlos Bachiega	111
Marcelo Peron	111
Alexandre Amorin	112
Simone Polli	115
Patrícia Laczynski	118
Sinoel Batista	121

Ana Carolina Evangelista	127
Sinoel Batista	127
Ana Carolina Evangelista	128
Carlos Siqueira	128
Sinoel Batista	137
Carlos Siqueira	142
Patrícia Laczynski	144
Sinoel Batista	145
Carlos Bachiega	145
Sinoel Batista	145
Carlos Bachiega	148
Sinoel Batista	148



Atividades do período da manhã

Sinoel Batista - Quanta Consultoria

Bom dia quero dar alguns informes, mais do funcionamento da natureza técnica da nossa agenda de trabalho para em seguida passar a palavra para Dr. Carlos Siqueira que fará a abertura oficial e formal do evento. Inicialmente agradeço a presença de todos por terem aceitado o convite da Fundação para contribuir com essa reflexão sobre a identificação de estratégias para gestão das metrópoles, ou regiões conurbadas. Como falei, tive oportunidade de falar com todos e todas por telefone, email, skype, e trocamos várias informações. A ideia dessa reunião, ela é fechada, e tem mais uma participante a Ana Carolina que vai chegar, na hora do almoço, mas não teremos mais pessoas participando, e a lógica que orientou a organização foi que estamos ajudando a Fundação João Mangabeira, a Fundação do Partido Socialista Brasileiro-PSB na organização de um curso de formação política para militantes, e ao longo da construção do temário um dos temas pautados como de grande importância para organizarmos é um tema que trata da questão das cidades, que pode ter outro nome, mas isso não é o mais importante, mas a questão colocada é que hoje a imensa maioria da população brasileira reside em zonas urbanas e grande parte dela em regiões conurbadas, que acaba formando o fenômeno das metrópoles, e viver nas metrópoles para quem tem muito dinheiro é muito bom, para quem tem médio dinheiro é um grande problema e que tem muito pouco dinheiro é muito ruim, as condições são extremamente precárias.



Administrar esses territórios é um grande desafio, para qualquer partido político, e a Fundação como instituição responsável pela formulação de estratégias para o PSB tem a função de identificar medidas que possam fortalecer ou que possam ser ajustadas para constituir políticas públicas para que seus quadros possam fazer a disputa política para a gestão desses territórios, então objetivamente o papel dessa oficina é esse, discutir o problema, o tamanho do problema, as intervenções possíveis, que tipo de mudança e esforço é preciso realizar, onde é preciso concentrar esforços, para identificar formas de estruturar políticas públicas eficientes para a gestão desses territórios. Temos essa missão nessa oficina. Estamos gravando, e como falei a fala de vocês será sistematizada, o que vai ajudar a construir um documento de referência para a Fundação que poderá utilizar o conteúdo em dois momentos distintos, nas aulas para formação política, e gerar e insumos para o programa do partido que deverá ir ao ar no segundo semestre. Dizemos que deverá porque não é a Fundação que gera o programa do partido, é pela estrutura mesmo do partido, mas a Fundação produz insumos, e parte deles então poderão ser utilizados.

Terminando os informes, a ideia é que cada um de vocês possa falar entre 30-40 minutos, e eu ficarei com a função, chata, de monitorar o tempo. Pela ordem das falas : a professora Maria Lucia, professor Benedito Mariano, professora Simone Polli, professor Carlos Alberto B. e a professora Patrícia



Laczynski. Tivemos uma baixa, o professor Geron Klink, porque a mãe dele que mora na Holanda está com um sério problema de saúde e ele teve que viajar as pressas. Nossa equipe, da Quanta, vai ajudar na sistematização e depois nos debates. Agradeço a todos e passo a palavra para o presidente da fundação Dr. Carlos Siqueira.

Dr. Carlos Siqueira - presidente Fundação João Mangabeira-

Vou fazer a abertura, não é oficial e nem formal, porque vim mais para ouvir do que para falar. Gostaria de cumprimentar a todos e a todas e em primeiro lugar agradecer a todos vocês, a Quanta, os professores e as professoras que aceitaram o convite da Fundação João Mangabeira para contribuir nessa tarefa que julgamos importantíssima, há algum tempo o nosso partido e a própria Fundação já têm essa preocupação, e agora já temos uma definição partidária, e também da direção da Fundação de aprofundar e acumular mais informações a respeito desse tema que julgamos bastante grave, em um problema que se acumulou ao longo das últimas décadas e que sabemos é extremamente complexo, e precisa da contribuição de todos os especialistas dos diferentes temas que compõe a questão urbana do Brasil.

Neste ano temos programadas várias ações relacionadas ao tema, a primeira é um curso que denominamos Cultura Política Socialista, na verdade falando de alguns temas tanto de política como de políticas públicas, com 4 temas, e esse é o 4º. O 1º foi de Democracia e Reforma Política que também se compõe de



uma publicação em um vídeo, que já está no ar através da TV João Mangabeira, o 2º também já pronto Colonialismo e Neocolonialismo, o 3º que vai ficar pronto antes da Questão urbana, que é a Política Desenvolvimentista no Brasil, e o 4º a Questão Urbana no Brasil, nesse tema temos várias ações, uma delas é esta que vai culminar com a publicação de um texto a partir da contribuição de vocês, e que vai para todos núcleos da Fundação nos Estados, temos um núcleo estadual e municipal, e temos a TV João Mangabeira que faz essa integração, e vai o vídeo. As pessoas promovem na base do partido a discussão sobre os temas, porque dentro da nossa missão da Fundação está a formação política e formulação de políticas públicas. Em setembro já demos também o programa nacional do partido, com esse tema, a questão urbana no Brasil organizando as cidades em uma tentativa de influenciarmos os programas de governo das prefeituras que o partido irá disputar. Hoje nosso partido tem 313 prefeituras no país todo, sendo 4 em capitais, Belo Horizonte, Curitiba, João Pessoa e Boa Vista, mas também vamos disputar em grandes cidades, e cidades médias, então também estamos estimulando o partido nessa candidatura, principalmente nas cidades a partir de 100 mil habitantes, e daí acho que também a tentativa de promover essa discussão na base, levando esse programa ao ar através do rádio e da TV, nos programas do segundo semestre deste ano, e no próximo ano fazer um grande seminário com a presença de todos, e dos pré candidatos, para que a Fundação como órgão de colaboração do partido dê uma contribuição aos candidatos para formularem políticas



públicas para as cidades, com subsídios e insumos que seriam efetivamente capazes de contribuir na solução gradativa desse grande problema no nosso país. Aqui em São Paulo já tivemos outras experiências de cursos, inclusive o professor foi um dos que colaborou com a publicação do curso de formação política, mas vários professores da USP, Unicamp, UNESP, também já colaboraram, e nos encontramos aqui em São Paulo onde naturalmente se encontra um acúmulo muito maior e mais concentrado de especialistas e de saber, e temos a esperança que no caso concreto da questão urbana, para vocês que são especialistas, possam nos dar uma contribuição capaz de levar insumos aos nossos pré candidatos, ao nosso partido e ao nosso próprio programa nacional colocando a questão em termos adequados, e apontando soluções para as questões mais graves que compõe esse complexo problema. Claro que a questão urbana não se resume exclusivamente a isso mas são temas extremamente importantes para quem pretende planejar uma ação política capaz de realmente formular e levar políticas públicas que apontem soluções para essa questão. Não temos muita ilusão de que um município sozinho, ou um estado, possa solucionar essa questão urbana, acho que é uma questão tão complexa que se não houver uma força tanto da união como dos municípios e dos estados, acho que dificilmente se encontrará uma solução adequada, mas acho que também as administrações municipais, e as estaduais, e no nosso caso é todo partido que está preocupado com isso, na esperança também que o governo federal possa, neste ou em outro, procurar unir esses



esforços das diferentes instâncias para poder ser capaz de enfrentar seriamente essa questão. Dada a gravidade do problema sempre acho que isso é quase um sonho, temos que olhar para nossas cidades e vê-las de uma maneira diferente, vendo que as pessoas que vivem em condições de subcidadania, mas um dia possam viver como nós, de uma maneira mais digna na cidade, que hoje concentra a grande maioria de nossa população, e como sonho, sonhos também são parte da nossa realidade, podemos intervir, acreditamos nisso e por isso somos desse partido, pois estamos nesse esforço e sabemos que tem muitas pessoas que podem contribuir com ele, entre elas vocês, a quem desde logo agradecemos.

Professora Maria Lucia Martins - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Bom dia, agradeço o convite. Tinha preparado exatamente o que o Sinoel pediu, a questão da habitação na cidade, mas a partir da fala do Carlos Siqueira acho que vou refazer, dando prioridade a alguns outros pontos, que acho que talvez seja uma contribuição mais interessante para deixar aqui uma reflexão, que estou fazendo e querendo compartilhar com todos. Primeiro dizer que dentro de uma Fundação, que é uma Fundação, mas vinculado ao partido, e todo mundo sabe que minha referência é o PT, mas de qualquer forma quero dizer que minha presença aqui é uma expressão de carinho, de um lado ao Sinoel, que é um aluno que não dá trabalho, e que ajuda a gente a pensar,



então acho que parte da reflexão que faço hoje devo a ele, portanto dou os créditos, e também a Luiza Erundina que foi minha referência dentro da administração municipal, e acho que muito do que penso, do que desenvolvi, devo a ela, a quem tenho o maior respeito e carinho.

Quando você colocou os temas que estão sendo pensados e o foco no momento é a questão das cidades, mas colocou outros temas como a democracia e a reforma política, colonialismo e neocolonialismo, política e desenvolvimento, acho que a maior contribuição que posso dar hoje é de pelo menos fazer a reflexão da conexão entre política urbana e política nacional. Acho que esse é o tema onde vejo, quando pensamos nas diversas atribuições dos diversos níveis de governo, e naquele referente a produção ou ao consumo, temos que tudo aquilo que fomenta, que diz respeito à produção está principalmente no âmbito do governo federal, e no âmbito dos governos locais, municípios, que acabam se confundindo com a ideia da cidade, apesar de não ser, mas tem grande proximidade, aquilo que é mais referente ao consumo e condição de vida é de atribuição municipal, então essa conexão de uma coisa com a outra acho que é extremamente problemática, isso começamos a refletir lá na gestão da Luiza Erundina. Temos no Brasil experiência dessa história, enfim onde foi o PT que esteve extremamente presente na construção de um novo modo de gerir e olhar as cidades, e em



certo momento isso também significou um acúmulo de forças que acabou virando o governo nacional.

Olhando esse desenho brasileiro, e desenhos semelhantes, no Uruguai e Argentina, tenho trabalhado a ideia de como as gestões locais que trabalham com foco de mudança, de transformações sociais, mas que tem a ver, principalmente no que se chama de necessidades básicas insatisfeitas, que é um olhar, vamos dizer, com certa raiz cepalina. Como nesses três países, experiências de um adensamento da ação da política pública municipal levou a um processo de conquista, de chegada, a governos de outros níveis. No caso do Brasil a partir das cidades para o governo nacional, no caso do Uruguai partiu também da experiência municipal em Montevideu para o governo nacional, e no caso da Argentina da experiência de Rosário para o governo da província. Esses casos identificam, e para mim essa é a grande questão do momento, em que medida essa prática municipal que olha para essas necessidades básicas insatisfeitas, para a questão da reprodução da força de trabalho, como isso pode se conectar, ou se existe alguma conexão possível, com uma atuação, quer dizer como essa ação, essa coisa que parte do municipal e que pode chegar ao nacional, onde a temática, não da reprodução, mas da produção, é o foco, e enxergamos uma quebra, que é política, teórica, econômica, e que não sou capaz de interpretar, não tenho formação para isso, para tanto, mas assim, não sabemos cantar, mas sabemos perceber quando a música desafina, então



acho que tem um gap que é um desafio, e acho que é para todos os partidos que se colocam em uma perspectiva, não sei se hoje dá para chamar de socialista, mas enfim, de inclusão social, de uma igualdade, de condições que não são só de melhoria e de ação nas condições de renda mas também de identidade, dignidade e tudo aquilo que queremos para a pessoa humana. Então esse é o aspecto geral, e convido para quem estiver interessado nesse trabalho específico desses três municípios nesses três países, foi desenvolvido um mestrado de um jovem, de Santo André, das relações internacionais, que será dia 29 às 14:30h. na cidade universitária, com o tema exatamente da ação municipal e sua relação com outros níveis de governo que tem outras atribuições, conforme já vi que isso será discutido, não sei exatamente por quem, aqui, e o Geron vai estar na banca, é o Sérgio Godoy.

Tentando ser rápida, imaginei falando da habitação pegar um pouco dessa questão dos antecedentes, talvez fale um pouco do óbvio para algumas pessoas mas dá um panorama interessante. Não apareceu a nota que coloquei, este é um trabalho do Nabil Bonduque na produção do plano nacional da habitação que ele coordenou. Essas duas curvas, a vermelha e a amarela, dão uma visão do crescimento urbano, e a população rural, nesse tempo se fazia uma certa divisão de momentos, de como foi tratada a política da habitação, e cabe colocar a questão que de todos países da América Latina o Brasil foi quem teve essa transferência campo-cidade com maior rapidez, na verdade outros



países começaram antes, a Argentina, o Uruguai, etc, mas a partir mais ou menos de 1940 tivemos um processo de urbanização em níveis, que, e não tenho uma conta no resto do planeta, mas na América do Sul foi o mais intenso e o mais rápido, só para vocês terem ideia de um dado bem evidente, a região metropolitana de São Paulo, se você compara a população de 1940 somando o município de São Paulo e os outros que a compõem, expressa uma cidade de 18 milhões de habitantes construída em 70 anos, então vocês imaginam como é essa pauta que vemos em algumas áreas mais para o norte e centro oeste, mas enfim, é um processo bastante difícil de gerir. Pelo tempo, até 30, 40, era muito presente a produção da habitação para aluguel, a partir daí começam os IAPs-Institutos de Previdência, das diversas categorias que começam a fazer promoção de habitação para seus filiados. Em 64, é muito significativo, com a construção do BNH, a partir não de 86 mas a meu ver a partir de 83 começam experiências alternativas nos municípios que é o momento onde os prefeitos seguem sendo indicados mas os governadores são eleitos, no caso de São Paulo é o momento que temos como prefeito o Mário Covas, em 2000 acho que temos um outro quadro de mudança, a criação do Ministério das Cidades. Até 30 a habitação era vista como questão exclusivamente privada, individual, as pessoas constroem, alugam, eram muito conhecidos os profissionais liberais que construía para alugar e viviam dessa renda. A partir do governo Vargas, todo mundo sabe que é um momento de grande inflexão no Brasil, os grandes códigos, o Florestal, caça e pesca, da possibilidade de venda de imóveis a



prestação, tudo é da época de Getúlio Vargas que muda esse quadro introduzindo de forma muito mais concreta a questão do governo e dos planos de governo, e portanto da coisa pública, e feito do jeito que meio se sabia fazer na época. Temos então no governo Vargas o início da intervenção na habitação, com a fundação da casa popular, com política de congelamento de alugueis, com a facilitação da prestação, e começam concepções do movimento moderno, que é um conflito único porque na cabeça da gente o movimento moderno significa habitação popular e para grande parte dos arquitetos do movimento moderno são os edifícios maravilhosos, etc, enfim, temos esse conflito, e desse mesmo período é o crescimento da cidade informal, quando começamos a partir da década de 40 e 50, o acolhedor do crescimento urbano foi na verdade o loteamento periférico, a casa improvisada, enfim. Em 1964 criou-se o Banco Nacional da Habitação-BNH e o Sistema financeiro da habitação. Coloquei a habitação no centro mas na verdade o grande achado, a grande proposta do BNH, muito mais que habitação em si, foi uma estratégia de estruturação do sistema financeiro brasileiro, que não existia até o momento, tanto que aquele modelo antigo de quem vive de renda, na verdade vive de renda de aluguel, porque não existe um sistema financeiro, o que tinha era aquela caderneta de poupança da Caixa, o dinheiro ficava quietinho daquele tamanho e a inflação correndo solta, particularmente no período que começou a grande industrialização, então os grandes achados do BNH foram, primeiro interferir nesses assuntos todos,



expressos nesses quadradinhos, e que poderia detalhar cada um, mas vou só dar um quadro muito geral, interferindo em todo o sistema na contratação da força de trabalho, se já passou dos IAPs, da diretriz, da Lei do momento que a partir dos 10 anos de trabalho você tinha estabilidade, antes disso a empresa que o contratava deveria pagar sua indenização proporcional aos anos de trabalho e isso foi reescalonado no tempo na forma como hoje conhecemos, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, que atacou vários coelhos ao mesmo tempo, então primeiro reverter essa questão de estabilidade que de um lado era favorável ao trabalhador levava que todos com 9,5 anos de emprego fossem colocado na rua, atendendo uma questão das empresas que na hora de despedir uma pessoa tinha que fazer um dispêndio muito grande, gerando com isso uma poupança compulsória na mão do estado como recurso absolutamente precioso em termo das políticas públicas, e dirigiu esse recurso para o setor habitacional, que exige financiamento a longo prazo, e portanto, imune, da decisão de qualquer especulador que coloca seu dinheiro lá hoje e tira depois, portanto é uma poupança obrigatoriamente a longo prazo e portanto um recurso para financiamento de longo prazo absolutamente precioso, e com esse desenho se estruturou o sistema financeiro da habitação, de um lado, e o sistema financeiro geral, porque de um lado tinha essa grande poupança do FGTS e de outro todo o sistema da caderneta de poupança, enfim, formas de investimento de capital se estruturaram em torno dessas instituições criadas nesse momento, não vou entrar em detalhes, mas enfim,



acusou de outro lado a política anticíclica que foi retomada agora com a política Minha casa minha vida, investindo na indústria imobiliária, a indústria da construção. No ato falho, depois vocês me cobram para falar um pouquinho da diferença da indústria imobiliária e da indústria da construção, que já foram diferentes e hoje estão mais conectadas, só que merecem tratamento muito diverso.

Teria uma série de outras coisas, ideológicas, ambientais, enfim, só isso seria um tema de horas.

Consolidação da política habitacional de 64-86, como produção significativa, muito intensa, 4,2 milhões de unidades, que é muito significativo, ainda que em número representasse algo como 25% do déficit do período. O período do milagre econômico, crescimento e pobreza. O sistema financeiro da habitação que acabei de falar, FGTS e poupança, porém parte desses recursos que no momento em que estávamos no crescimento foi aplicado também em obras viárias. Investimento voltado para a indústria da construção civil. O Planasa-Plano de saneamento, que na verdade aproveitou esses recursos que seriam para financiamento de habitação e foi investido em infraestrutura de saneamento. O quadro da habitação é de conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, por várias razões, primeiro porque as cidades não eram tão grandes, segundo pela busca de terrenos mais baratos, e tem um dado fantástico, para um conjunto residencial, a parte do terreno teria que custar,

representando no máximo 5% do total da obra, portanto exigia um terreno barato, portanto longe, só que com um problema de desenho extremamente forte onde os imóveis de valor mais alto tinham juros mais altos e portanto deveria subsidiar os imóveis de valor menor que tinham juros menores, e evidentemente na hora que vira uma gestão econômica acabou resultando em fazer muito mais imóveis para classe média de valor alto e a renda baixa efetivamente ficou de fora, e o quadro foi de grande crescimento da habitação informal, que é o desenho das periferias que bem conhecemos. Na fase seguinte, redemocratização e reestruturação da política nacional da habitação e experiências alternativas. Acho que esse momento que antecedeu a Constituição, o começo da redemocratização, foi extremamente importante no momento em que a luta pela redemocratização veio no Brasil junto com a luta por descentralização, então o papel das cidades e do local foi extremamente ampliado entre descentralização, porque o governo militar é centralizado e autoritário e portanto a descentralização dos municípios é maior, liberdade e participação. Houve um momento de grande movimentação pela reforma urbana, pelo direito à moradia na produção da Constituição, enfim, uma ação dos municípios extremamente importante no sentido de criar programas alternativos, inclusive com os recursos orçamentários, e é bom lembrar que em 86 o BNH fechou, enfim, por absoluta falência de condições operacionais, e esse período todo desde então ficou marcado por irrisória ação na área da habitação, mas houve uma ação extremamente importante dos municípios



para tentar dar conta de fazer alguma coisa. Em panorama, a partir do fechamento do BNH as prefeituras com governos populares e a primeira que temos conhecimento foi a de Lage, antes de 1983, depois a partir da eleição seguinte muitos municípios. 1982, depois vem a Constituição em 1988, o Estatuto da cidade de 2001, a criação do Ministério das Cidades e a política de habitação, e em 2005 a criação do sistema e Fundo Nacional de Habitação, que foi ao que me consta a primeira Lei da iniciativa popular, que todos nós vinculados à área, que tem mais de 45 anos, saímos às ruas colhendo assinaturas para criação do Fundo Nacional de Habitação. Em 2007 surge o PAC, com o perfil que entendemos como anticíclico, com investimentos para melhorar a condição econômica na crise que estava colocada. Em 2008 é contratado pelo Ministério das Cidades o plano nacional da habitação, foi um concurso, uma chamada pública, onde vários consórcios, vários grupos se apresentaram, e quem ganhou foi um consórcio formado por uma OSIP da USP/FAU e por uma empresa de consultoria, eu tive oportunidade de participar um pouco, naturalmente, dessa discussão. Em 2009 tivemos o Minha casa, minha vida, que já adianto na verdade é uma certa fusão entre princípios que estavam no plano nacional da habitação e o PAC, na verdade parte de uma política anticíclica, mas acaba incorporando uma qualificação, uma pressão do próprio Ministério das Cidades, pensando habitação não como BNH como uma mera desculpa para o funcionamento do restante, mera desculpa não sei, enfim, mas não é o foco, com toda certeza, mas de inserir uma proposta onde



a habitação tivesse um significado maior. A Constituição de 1988 traz um aspecto muito importante, é a primeira que tem um capítulo urbano, constituída pelos Artigos 182 e 183 e também pela emenda constitucional 2000 que tem no seu Artigo 6º a questão da moradia como direito social. A discussão do que é direito social no Brasil é outra que também requer algumas outras horas de debate, adoro fazer, mas aqui não dá tempo. O Estatuto das cidades de 2001, com 13 anos de atraso que achamos que no dia seguinte da Constituição iríamos poder aplicar, e depois da Lei federal são mais 5 anos para fazer os planos diretores e mas não sei quanto para informar os proprietários, enfim tudo que mexe na questão da propriedade territorial é um nó, e a professora fez um artigo bonito acho que na revista Piauí chamado O Nó da Terra onde diz que falar em política urbana sem falar até em propriedade a gente não chega. O Estatuto da cidade que tem na verdade de interessante é que cria um novo estatuto para a cidade e para o propriedade assim com o ECA mudou para a criança e o adolescente, faço esse paralelo, para resolução, de um e de outro podemos traçar paralelos e são essas dificuldades do que é direito social no Brasil. Em 2003 surge o Ministério das Cidades que monta uma política nacional da habitação com foco nas cidades, ele se chamar Ministério das Cidades e construir a partir de um processo que veio a partir das experiências municipais é muito significativo, e nesse sistema de habitação pontos muito importantes, da articulação estado-municípios, porque vocês se lembram que no BNH era tudo absolutamente centralizado e a partir da



Constituição de 88 os municípios são entes jurídicos, enfim, entes federativos, tem o mesmo status dos demais, então esse desenho é extremamente complicado e o sistema adota um pouco dessa relação federativa criada pelo SUS com a ideia de exigências para aderir ao fundo, as transferências serão condicionadas a determinados planos e condições, e dentro das exigências está a criação de Conselhos estaduais e municipais e que tenha Planos estaduais e municipais de habitação de interesse social, o PRIS, que são feitos pelo país afora. O PAC, que não vou entrar em detalhes mas tem essa ideia da agenda econômica de controle da inflação e do déficit fiscal e do aumento dos investimentos públicos com a proposta de investimento em infraestrutura, logística, energética e socialurbana, que foi para toda habitação, saneamento, metrô e recursos hídricos, e ao mesmo tempo o tema da valorização do salário mínimo, enfim. O plano nacional de habitação de 2008, pensado para quatro quadriênios com foco explicitamente na habitação não como uma política econômica mas com uma política de habitação basicamente que considera alguns aspectos que entendo como um avanço importante construído nesses anos todos com a reflexão do que não deu certo no BNH. Considera déficit conforme conceito de cálculo da Fundação João Pinheiro, dando base de referência para todos, faz projeções e cenários, com três diferentes, considerando a capacidade financeira das famílias e diversos grupos de atendimento, e aqui cabe dizer que a grande questão após o BNH para habitação, não adianta ter dinheiro só para empréstimos, só para



financiamento, porque a relação entre o valor de uma unidade habitacional e a renda das famílias efetivamente precisa de subsídios, e adiantando acho que essa foi a grande mudança que o Minha casa, minha vida trouxe para o panorama brasileiro com a noção de subsídio real com recursos orçamentários, não é só financiamento. O Plano tinha quatro eixos estratégicos: um é o modelo de financiamento de subsídio, o outro a política urbana e fundiária, desenho institucional, e o apoio a cadeia produtiva da construção civil. Não vou entrar em detalhes do déficit mas acho que um dos aspectos extremamente importantes do plano foi considerar que tem municípios com situação diferente e não dá para você ter plano de habitação igual para todas cidades, no Acre, Roraima com São Paulo e Rio de Janeiro, então esse estudo foi feito a partir de um estudo muito importante da Tânia Bacelar, para o Ministério de integração nacional. Isso é para termos a ideia de como foi construída a coisa, considerando cinco grupos de renda familiar, com o número da necessidade de domicílios nessas quatro décadas, até 2023 onde o plano era pensado, e as diversas fontes de recursos onde por exemplo no primeiro grupo de 0-3 salários mínimos altamente subsidiado e conforme vai aumentando a renda familiar você pode compor entre juros mais baixos do FGTS e uma parte de recursos não retornáveis, depois só o FGTS com juros não tão generosos, e enfim o livre mercado. Isso foi feito com esse nível de detalhes aqui, produtos por atendimento em escala, por tipologia de municípios. É o seguinte, falar por exemplo da região metropolitana, etc, não dá para falar em lotes com



assistência técnica ou em um lote em material pela dimensão que existe, que será no meio do nada, em compensação para cidades pequenas pode ser uma solução altamente bem vinda e eficaz, com a ideia de compatibilizar tipos de soluções, tipos de programas, com o tamanho do município, e isso está divulgado no plano, não sei quanto temos de integral mas está no site do Ministério das Cidades. Na verdade o estudo da Tânia leva para a classificação A,B,C,D,E e o tipo de municípios. A tipologia é coisa de arquiteto urbanista, que tipo de tipologia é mais adequado a cada tipo de cidade. O programa Minha casa, minha vida então foi feito, já falei, juntando o PAC com o plano, evidentemente simplificando absurdamente o plano, mas alguns princípios estão lá. Temos uma longa história sobre o plano, mas tentando ser o mais rápido, de todas aquelas modalidades que estavam previstas no plano de habitação o Minha casa, minha vida simplificou para 3 faixas de renda, até 6 salários mínimos, de 6-10 e de 10 para cima, não incorporando a divisão por tipos de municípios, na verdade excluiu os pequenos, e fez algumas outras, muitas outras simplificações, que levaram a alguns dos problemas que vemos hoje. Quero terminar dizendo, e depois se houver tempo para discussão mais profunda do Minha casa, minha vida podemos colocar, ressaltando uma coisa importante, que tudo do que é visível do Minha casa, minha vida é o programa de financiamento que como falei é a grande novidade, e de maior importância, nesse país completamente, bem, deixo como reticências, a questão de transferência de renda para o setor popular, porque temos visto sempre



procedimentos de transferência de renda via isenção de imposto, vantagens para quem já tem dinheiro, e transferência de renda para pobres sempre foi tabu, começou com a bolsa escola, depois bolsa família, e acho que está claramente expressa no Minha casa, minha vida, e acho que isso é um ganho, uma coisa inédita no Brasil, só que a única coisa que se enxerga quando se fala desse programa é que todo mundo acharia isso, a questão do funcionamento e a questão das construtoras estarem fazendo e coisa e tal, só que a Lei tem dois outros capítulos que ficam meio esquecidos, o primeiro da questão do registro e isenção do primeiro registro no cartório, que tem dado um “auê” e que também tem dado horas de debate sobre a questão dos cartórios e dos custos, e a terceira que para mim é a mais importante, da regularização fundiária de assentamentos urbanos, que é um tema extremamente controverso que vem sendo discutido há dez anos na revisão da Lei 6766, a Lei de loteamentos. E não tem acordo, é conflito entre, de um lado os empreendedores e o movimento social, e do outro lado a questão urbana e a questão ambiental, e é uma coisa, enfim, sem saída e no Minha casa, minha vida pelo momento e oportunidade saiu uma solução, uma diretriz do sentido da regularização associada à ideia de ser ZEIS, com alguns controles e com isso conseguiu isolar escapando do conflito com os grandes empreendedores, que é onde se tinha muito medo da expansão, enfim movida só à especulação, e ficou uma regularização passível de ser feita mais com o controle do estado e com uma outra coisa que acho fantástica, juro que é a última, apesar do usucapião existir



e estar na Constituição e poder ter acesso, ninguém consegue ter, porque você precisa ter advogado, e uma série de situações, e o que o capítulo 3 criou foi a possibilidade que se chama demarcação urbanística, que é o município chegar e dizer que é uma ZEIS e nesse limite vai fazer usucapião para todos, e até vale a pena falar porque está tão central para as cidades, desculpem o tempinho extra, o que acontece? Nessa história do tal do Nó da Terra, na questão da propriedade no Brasil ser pouco regulamentada a Lei de loteamentos de 79 diz que para obrigar que as pessoas se regularizassem do ponto de vista fundiário, para a propriedade da terra, para você dar entrada no pedido de loteamento você é obrigado a ter um registro imobiliário, aconteceu que ninguém mais entrou, é essa história, toda a política em que você quer chegar a alguma coisa criando alguma sanção, acontece que ninguém faz nada, joga para o pior ainda, e com isso hoje se você quiser regularizar algum loteamento, que foi feito informal mas as pessoas compraram e pagaram tudo certinho, na via regular do que a Lei exige você não chega lá, porém com o usucapião segundo os advogados é uma forma inicial, não sei se a palavra é bem essa, de acesso à propriedade, você anula a necessidade de ver a situação passada, então é a única forma de você regularizar loteamento não aprovado, informal, onde as pessoas até compraram seus lotes, é você fazer usucapião para essas pessoas, e aí passa por cima de todo um conjunto de regras, não adianta vocês dizerem, bom, porque todo esse mundo de regras se não serve à sociedade? Tem até certa razão naquela linha de que se você baixa o nível da exigência



simplesmente no setor que pode pagar vai baixar o nível da exigência, quer dizer o loteamento vai ser pior, pelo mesmo preço, e se não ficou claro posso detalhar um pouco melhor, mas então essa ideia de ter ZEIS e você ter uma regulação específica e o poder público poder fazer o usucapião acho que é uma novidade muito importante trazida pelo Minha casa, minha vida, e assim, algumas pessoas que estão em alguns municípios sabem disso, mas ninguém fala muito e não se tem muito a ideia.

Estou à disposição para qualquer procedimento.

Elementos da segurança pública.

Professor Benedito Mariano

Bom dia a todos e a todas, queria agradecer ao Sinoel, ao Carlos Siqueira em nome da Fundação, pelo convite.

Vou fazer uma intervenção mais da perspectiva de gestor na área de segurança do que de pensador, até porque sou menos radical como gestor na área de segurança e até pela perspectiva das disputa das prefeituras e, dos governos, prefiro falar um pouco do que temos construído nesses últimos tempos nos governos locais na área de segurança do que de uma leitura mais geral do sistema de segurança pública.



Tive o privilégio de ser um dos coordenadores do primeiro programa efetivo de segurança pública feito no Brasil que norteou a primeira campanha do presidente Lula, junto com mais três companheiros, fiquei com a função na época de cuidar mais das questões estruturais do sistema, das mudanças estruturais necessárias e isso foi para o programa, então diria que o programa de segurança pública para o Brasil da primeira campanha do presidente Lula foi o único programa que efetivamente propunha mudanças efetivas na estrutura da segurança pública do Brasil. Por razões que daria um dia de reflexão grande parte desse programa não foi implementado por questões de governabilidade, e outras, enfim. Estou fazendo essa preliminar porque discutir a questão urbana e envolver a segurança pública temos que também trabalhar com a referência do que está construído na área de segurança pública, e não dá conta de resolver os problemas das metrópoles, nosso sistema está esgotado e infelizmente a transição democrática ainda não deu conta que o sistema está esgotado, e então não produzimos na segurança pública grandes mudanças do que foi no período Vargas, no período militar, e para ser mais radical até no período Imperial, tem algumas estruturas que estão presentes no sistema e está longe de coadunar com a democracia, enfim com os anseios democráticos. E esse é um outro debate, Sinoel, que mereceria um dia só de reflexão. O que fazer com o sistema de segurança pública e talvez discutir porque as mudanças estruturais do sistema não avançam, na transição democrática, e não avançaram, não é que não tenham propostas. Então uma das dificuldades para

pensar a questão da violência e da criminalidade nas cidades é que o setor da segurança pública, o estadual e o nacional, o sistema brasileiro, é fundamentalmente centralizado nos estados, em período autoritário, sob a tutela da união e não tem tradição de planejamento, de coleta de dados. Por incrível que possa ser estamos agora nesse ano, elaborando o primeiro sistema nacional de informação criminal no esforço do ministério da justiça com as polícias estaduais. De modo que as pequenas informações que temos sobre a violência, vou dar alguns dados sobre homicídios, e do Datasus, não é o da violência, é o efeito da violência, exatamente.

Eu participo do Conselho nacional de segurança pública, que foi ampliado agora, resultado da primeira conferência, e é um sistema que teve mais dificuldade de ser alterado na história brasileira, em especial na república, a primeira conferência tivermos não faz 2 anos, e a próxima será em 2012, os dados do Datasus que ajuda na segurança, dizem que nos últimos 29 anos, a partir de 1980, morreram 1 milhão de pessoas por homicídios dolosos no Brasil. A Organização Mundial de Saúde-OMS estabelece que um índice não epidêmico é de 10 homicídios para cada 100.000 habitantes. Segundo o Datasus 23 estados da união tem taxa maior que 20 homicídios por 100.000 habitantes, então estão em situação epidêmica. Apenas 2% dos homicídios no Brasil tem coordenação, temos juntos com os dados essa questão de combater a impunidade. Em 2009 ocorreram 50.252 homicídios, segundo o Datasus, 90%



de vítimas são os homens, 65% negros e 54% têm entre 19-29 anos, e um dado que dialoga muito com nosso trabalho da oficina é que 80% dos homicídios dolosos do Brasil ocorreram em 40 cidades, então ele é centralizado em algumas cidades, de 1979-2009 proporcionalmente, 53% na região sudeste, 24% na região nordeste, 10% na região sul, 7% centro-oeste e 6% na região norte. Esses dados depois vão servir de referência para um futuro trabalho que o governo federal está tentando elaborar para redução dos homicídios no país.

Também vim da tradição do PT, sou fundador, mas a minha principal atuação na área de segurança foi com o PSDB com o governador Mário Covas, quando fui ombudsman da polícia de São Paulo por 5 anos, e passei a admirá-lo, foi uma grande perda para a polícia brasileira, o ex-governador Mário Covas, e conheci minimamente por dentro as duas maiores polícias do Brasil. Não quero fazer um discurso da minha leitura sobre o sistema de segurança público brasileiro mas fundamentalmente, no que se refere ao debate do poder local, das cidades, o setor da segurança pública brasileiro não tem cultura de prevenção, e se não tem essa cultura então não tem política para o município, fundamentalmente o papel das cidades nas regiões metropolitanas, em especial, é, talvez mais do que o papel, um desafio, de estabelecer políticas públicas de prevenção da violência, e do crime, estabelecer essas políticas públicas de prevenção tendo como referência essas três últimas cidades que trabalhei em São Paulo, onde conheci o Sinoel, Osasco e agora em São



Bernardo do Campo, só é possível através de uma política intersecretarial, intersetorial, interdisciplinar, transversal, seja o nome que se dê para ações matriciais. Tem que ter a dimensão da infraestrutura urbana, da postura urbana, iluminação pública, moradias de qualidade, o uso do espaço urbano, tem a ver com prevenção, senão, não tem condições de estabelecer uma boa política e prevenção. Acho que esse é o grande desafio. O primeiro é dos chefes dos poderes locais, dos prefeitos, entendendo a dimensão da violência, poucos entendem, diria que aqui o precursor disso foi o prefeito Filipe, o primeiro prefeito que trouxe para seu gabinete o debate da prevenção, perpassando basicamente por todas secretarias sociais, e ai nessa perspectiva acho fundamental trabalhar para que sejam criados cada vez mais órgão gestores municipais de segurança urbana para coordenar, articular, pelo executivo essas políticas. Quando sou convidado para participar de alguma prefeitura já logo pergunto para o prefeito se ele quer que crie uma Secretaria de segurança urbana, criei em São Paulo com a prefeita Marta, agora com o prefeito Luiz Marinho, e criamos em Osasco, e nos últimos 10 anos isso têm se tornado um fenômeno, essa criação de órgão gestores para coordenar as políticas de prevenção, temos várias cidades que criaram órgão gestores, Secretarias, e na maioria das vezes o nome não é a Secretaria de segurança pública, Secretaria de segurança urbana, até para ter essa dimensão diferenciada do setor que trabalha fundamentalmente com as agências públicas de segurança, que são as polícias. Mas mais do que trabalhar para



criar o comitê gestor o município só vai ter um papel fundamental na questão da segurança urbana se o chefe do executivo acreditar nisso, e aí o grande coordenador da política de segurança urbana não é o Secretário municipal, é o prefeito, porque é ele que dá referência política para a ação intersecretarial, intersetorial, por isso que nos lugares onde passamos criamos, foi sugerido criar o comitê intersecretarial de prevenção de políticas preventivas, de prevenção, no gabinete do prefeito. O Secretário, o gestor municipal executa o que sai das diretrizes ou das definições, mas o chefe político tem de ser o prefeito, senão não manda, já tivemos várias experiências Politicamente corretas de criar uma Secretaria que não sai do lugar porque o prefeito cria as vezes para fazer média com a polícia estadual, porque o tema interessa, você pode trazer recursos da união em determinados momentos, mas não porque tem uma visão efetiva de interferência no tema.

Nos últimos anos da gestão do presidente Lula em especial, do ministro Tárzio Genro, teve um programa que acho que foi importante para as cidades, o programa nacional de segurança pública com cidadania, foi a primeira vez na esfera federal que um programa relacionado à segurança pública, 45-50% das ações previstas no programa eram destinados recursos aos municípios. Isso nunca aconteceu no Brasil. Para ter acesso ao programa se exigia dos municípios que criassem gabinete de gestão integrada municipal, e mais do que uma exigência, a ideia do gabinete induziu grande parte das prefeituras a



estabelecer ou iniciar uma política de integração diferenciada com a representação da polícia civil, militar da cidade, esse gabinete é composto pelo chefes da polícia civil e militar da cidade, pelo Secretário de segurança urbana, quando tem, por todas as Secretarias sociais de governo e é presidido pelo prefeito. Onde tem funcionado o gabinete de gestão integrada tem produzido muitas diretrizes de ações conjuntas, seja na área do Policiamento ostensivo, repressivo, onde o município também indica para as polícias estaduais onde é melhor e onde precisa atuar, seja na definição de vários projetos e ações preventivas na cidade.

Trouxe duas experiências que acho importante, que conheci, trabalhei em algumas, em São Paulo sobre essa política de integração, antes disso queria dizer que aprendi a ser defensor dos consórcios públicos intermunicipais trabalhando no Grande ABC, acho que a contribuição que esse consórcio trouxe para aquelas cidades é extremamente interessante, ainda mais agora que se transformaram em consórcio público, aprovadas pela 7 câmaras municipais dos municípios aprovando o consórcio público possibilitando estabelecer termo de cooperação federativa direto com a união e o estado, ou internacionalmente, pelo próprio consórcio. Acho que um dos ensinamentos que o ABC trouxe no consórcio é ter vencido a disputa partidária, o presidente do consórcio, não tem novidade, a cada ano é um dos 7 prefeitos, isso fica natural, um dos 7 prefeitos como presidente do consórcio, independente de

partido. Foram criados vários grupos temáticos de todos temas relacionados à questão urbana que tem tirado vários encaminhamentos de ações, programas regionais e fundamentais para região, então se for estabelecer um indicativo para o uso dos programas e debates dos municípios acho que essa questão do consórcio é extremamente relevante.

Na perspectiva de ação integrada foi criada na região de Osasco em 2007 a Câmara setorial de segurança municipal envolvendo várias cidades. Evidentemente essa Câmara é mais um pacto político, uma articulação entre as prefeituras do que um órgão formal jurídico e ali praticamente todas cidades da região oeste participaram. O objetivo da Câmara é estabelecer intercâmbio de experiência e informações de gestão integrada de ações de segurança e de prevenção e controle da violência, e potencializar recursos. A Câmara nasceu antes do programa nacional de segurança pública. Trouxe essa ideia para dizer que se a região, os municípios estão articulados, ele em determinado momento pode até mudar a regra já estabelecida do governo federal em relação a cooperação dos municípios, e essa experiência trouxe isso. Não tínhamos recursos para todas cidades de São Paulo, e para região oeste foi sugerido que apenas dois municípios recebessem os recursos da união, Osasco e Itapeverica da Serra, eu era coordenador dessa Câmara setorial e dialoguei com o Vicente T., que paradoxalmente a essa coisa positiva de receber recursos entrar no programa arrebentaria uma articulação que estávamos iniciando, porque com

que cara iria para reunião da Câmara que articulava políticas comuns dizendo que estava recebendo recursos e as outras 10 cidades não, e aí falei da criação da Câmara, a carta de princípios, os objetivos gerais, e nós sugerimos que o ministério da justiça mudasse o termo de cooperação federativa possibilitando não só a criação de gabinete de gestão integrada municipal mas o gabinete de gestão integrada intermunicipal, então essa região oeste é a única no país que tem esse termo de cooperação intermunicipal na área de prevenção da violência. Isso possibilitou que o ministro Tarcio Genro viesse à região assinando um termo com 10 prefeitos ao mesmo tempo. Isso primeiro fortaleceu muito a Câmara setorial e o trabalho de gestores, mas mais do que isso tínhamos previsto para região, na época, R\$ 2 a 3 milhões de reais que seriam divididos entre Osasco e Itapeverica da Serra, e conseguimos, conseguimos R\$12,5 milhões, e basicamente todos municípios tiveram projetos aprovados na região. Um dos mais importantes foi o de comunicação integrada, que apesar do custo baixo, tem importância regional porque integra as 10 guardas municipais da região através de uma frequência própria de comunicação, e como temos situações que merecem uma ação intermunicipal de prevenção é fundamental essa comunicação integrada. Isso é como funcionava um pouco o gabinete de gestão, tinha uma secretaria executiva, formada por três municípios que ficava 1-2 anos, com rodízio de municípios, e cada cidade tinha o núcleo local do gabinete de gestão integrada intermunicipal. Essa foi uma experiência importante, criar a câmara



intermunicipal de prevenção à violência. Criamos da região do Grande ABC, na Câmara setorial e depois que o consórcio se tornou consórcio público a Câmara setorial se transformou em um grupo de trabalho de segurança do consórcio e tivemos o privilégio do Sinoel participar conosco em programas e ações na área de segurança na região do Grande ABC para os próximos 10 anos. Uma outra experiência importante do governo de São Paulo foi o fórum metropolitano de segurança pública, que reunia 39 prefeitos da região metropolitana para debater a inserção dos municípios na área de segurança pública, em especial por políticas de prevenção. O fórum foi fundado em 29 de março de 2001 e pelo menos nos primeiros 6 anos ele teve uma participação muito efetiva, e hoje está praticamente desativado, precisa ser retomado, mas teve ações que diria que contribuíram em muito para diminuir os índices de homicídio que o estado de São Paulo tem hoje, porque basicamente não houve grandes alterações na estrutura das polícias ou de programas para os índices de homicídio deixarem de ser epidêmicos aqui no estado, credito muito a intervenção dos municípios com vários projetos sociais. Esse fórum nasceu a partir de um grande seminário sobre cidades promovido pela rede Globo, e durante os 2, 3 primeiros anos teve grande cobertura da mídia, enfim, teve um papel importante e o ex-prefeito Elói Pietá foi o coordenador nos primeiros 4 anos. O objetivo do fórum metropolitano tem uma experiência similar se não me engano em Pernambuco debatendo, promovendo políticas municipais visando a redução do crime e da violência, produzir e disseminar informações,



estimular as prefeituras no debate da implantação de ações visando melhorar o problema da violência, intensificar a cooperação entre os governos. A estrutura do fórum era de uma coordenação formada por 5 prefeitos, e grupos de trabalho e as diretrizes definidas por reuniões do plenário. Esses grupos de trabalho foram criados permanentemente nos fóruns, informações criminais, guardas municipais, dos 39 municípios 25 deles tinham guardas municipais, então é um tema recorrente, prevenção da violência, comunicação social, e legislação e políticas criminais e penitenciárias, porque apesar de não influir diretamente na questão penitenciária e muitos municípios, às vezes muitos municípios ganham de presente dezenas de presídios. Um pouco do que cada grupo fez, o grupo de gestão local de políticas e programas de prevenção fazendo várias parcerias com o Banco Mundial, o grupo de informações promoveu acesso dos municípios ao Infocrim depois de uma briga grande com o governo do estado que achava que os municípios não deveriam ter acesso a informação, dos crimes inclusive no município, e hoje temos um Decreto do presidente Lula que possibilita a todos municípios tenham acesso ao sistema de informação criminal do governo federal, ainda que capenga, o sistema está sendo revisto e melhorado, mas hoje os municípios podem estabelecer esse termo de cooperação para ter essas informações com acesso às agências da união e das polícias estaduais. Das guardas municipais o fórum estabeleceu um currículo mínimo de formação para os guardas para não ter grandes divergências e graduação. Um sistema de registro de ocorrência que não seja



muito diferente das polícias. O fórum se manifestou oficialmente apoiando a regulamentação das Guardas no sistema de segurança pública. O GT de prevenção estabeleceu um plano metropolitano de prevenção, nós temos arquivos disso e municipalização de medidas sócio educativas. O gabinete de comunicação basicamente com um boletim informativo, mas funcionou nos 3 primeiros anos o Guia metropolitano de prevenção onde cada município definia uma ação e todos municípios ficavam envolvidos.

No ano que vem vamos realizar a 2ª. Conferência nacional de segurança pública, dos princípios e diretrizes que saíram da primeira conferência, 10 princípios e 39 diretrizes, a maioria dos princípios e a maioria absoluta das diretrizes tem a ver com o poder local, com os municípios, e a partir de abril-maio, apesar de ser ano eleitoral vamos realizar conferências municipais e estaduais com vista a segunda conferência que está marcada para o final de novembro em Brasília. Rapidamente queria encerrar dizendo que só vamos conseguir enfrentar a questão urbana da violência no Brasil, nas cidades, se os prefeitos ou o poder local virar protagonista da política. A prevenção se dá efetivamente muito mais pela ação local do que a estadual e federal, e temos, no meu entendimento, um problema extremamente grave, que acho tende a se agravar se não tiver uma ação e uma discussão mais ampla, da disseminação do tráfico de drogas nas nossas periferias. O governo divulga com muita ênfase que diminuiu os números de homicídios no estado de São Paulo, em média 10



homicídios para cada 100.000 habitantes, mas não dá ênfase para divulgar que aumentou o latrocínio e o tráfico de drogas. Ontem fui em um debate na periferia de Diadema, de um padre amigo, com umas 50 pessoas da comunidade do fórum contra a violência, e a população é muito sábia, diziam que antes nos bairros das periferias se via muita gente matando e morrendo em razão de bocas de fumo, criando conflitos de disputa de espaço para o tráfico de drogas, hoje, segundo ele, triplicou o número das bocas de fumo, do tráfico das periferias, e não tem um homicídio, porque só tem uma direção, então o tamanho da legalização do chamado PCC nas periferias, e isso ainda não virou objeto de análise política e nem análise acadêmica e temos que fazer essas duas pesquisas sobre a influência do PCC nas nossas periferias. Essa situação de ampliar e em muito o tráfico nas periferias cria uma lei de silêncio passando uma ideia de que situações de violência não existem, então uma situação grave, e aí não é uma realidade de São Paulo, mas acho que de várias cidades do país, então cabe aos prefeitos, aos chefes do executivo local também propor para o estado e a união formas de enfrentamento de determinados crimes que influem diretamente no cotidiano de suas cidades porque mesmo sabendo que não é competência exclusiva do prefeito, e ele é cobrado pela população, pela violência, pelo aumento do crime, então o século XXI pode ser o da maior intervenção no Brasil no poder local na área de segurança, oxigênio do sistema com políticas de prevenção, e aí tem um longo

caminho e a contribuição é fundamental para dar resultados exitosos para o conjunto da população.

Professora Simone Polli - Universidade Federal Tecnológica do Paraná

Bom dia. Queria agradecer a Quanta e a Fundação João Mangabeira pelo convite, e dizer que é mesmo uma oportunidade poder estar aqui.

A minha formação profissional é mais na área de planejamento urbano então venho trazer mais uma experiência coletiva de uma cooperativa que faço parte, a AMBES sociedade cooperativa que produzia alguns trabalhos acadêmicos, da Angel P., falando um pouco do setor estrutural, e recentemente da Débora F., que fez uma avaliação do plano de mobilidade de Curitiba, e também uma publicação junto com o Sindicato dos engenheiros, que eu trouxe até um exemplar, convidando vários especialistas, mais locais, discutindo a questão do trânsito e da mobilidade em Curitiba. Também estamos começando enquanto cooperativa ainda um processo bastante incipiente que é o plano de mobilidade de Jacareí.

Essa primeira imagem é de fato uma provocação, quem tem que vivenciar cotidianamente a questão da mobilidade em São Paulo, nesse caos do sistema de transporte, onde o transporte não é um direito mas no caso uma disputa corpo-a-corpo de quem consegue entrar no metrô, de fato é quem tem mais força, o jovem, o homem, em uma disputa muito grande para quem tem que



vivenciar e muitas vezes até acaba essa vivência se aproximando de episódios do Ensaio da Cegueira, do Saramago, porque é uma disputa tão grande, e essa imagem circulou pelos vários emails, como provocação.

A questão da mobilidade urbana colocada até pelo ministério das Cidades, para além do trânsito e do transporte, e já o professor Vicente del Rio em 1990 coloca essa imagem no seu livro sobre o processo de planejamento falando que o planejamento das cidades tem esquecido a escala humana, os pedestres, e você percebe, seja no transporte ou no trânsito essa questão do pedestre, do cidadão, que está completamente dissociada, e para além do trânsito, e do transporte, o conceito do ministério das Cidades a respeito da mobilidade vem enfatizar que a política de mobilidade também precisa olhar o território e como as atividades estão localizadas nesse território, estando associado intimamente ao modo de produção da cidade e como o cidadão, as pessoas, tem acesso à educação, trabalho, atividades de lazer, saúde, então é um olhar para as cidades, como elas crescem, as pessoas e as mercadorias se deslocam nesse território, e dessa forma estamos pensando quais serão as diretrizes e princípios que são importantes para que nossas cidades tenham uma boa mobilidade. A questão da mobilidade urbana então está intimamente ligada ao planejamento urbano das cidades e ao processo de produção, como as cidades se formaram e se produziram, e como exemplo disso, se você pegar um termo de referência do termo de mobilidade na etapa número 2 do diagnóstico você



vai perceber que para além do trânsito e do transporte, questões técnicas de infraestrutura, tráfego em circulação, você também tem questões associadas como a poluição atmosférica, sonora, e os impactos que o trânsito e o transporte causam nas cidades, e como as pessoas estão atendendo essas atividades, estão tendo acesso. Já dentro de um foco de uma dimensão socioeconômica você percebe a necessidade de uma nova educação para o trânsito promovendo qualidade de vida com inclusão social.

Dentro da política administrativa, que depois vamos ver um pouco, digamos o nó para o caso de Curitiba, a questão da gestão, como fazer uma integração regional do transporte, gestão integrada, e a captação e gerenciamento dos recursos relacionados a esse sistema. Aqui é algo relacionando a questão da metrópole com a mobilidade, e a professora já comentou conosco em sua fala inicial que essa rápida urbanização, características das cidades brasileiras, impulsionada pela industrialização, só que na verdade com baixos salários, fazendo com que as cidades, naquele tripé, que também o Nabil coloca, as cidades com regiões periféricas, distantes, precárias, autoconstrução, precariedade, na periferia. A questão da produção periférica nos faz lembrar a questão da integração intermodal. Sabemos que as ferrovias até a década de 30 se consolidaram como o modal de transporte mais utilizados no entanto todo esse processo foi sucateado, desmantelado, e hoje temos toda a prioridade, e a formação das cidades que também já foi para o modelo



rodoviário do transporte motorizado individual, com túneis, dando prioridade às grandes avenidas e grandes eixos, desestruturando todo outro modelo que talvez fosse mais sustentável. Hoje para os desafios na mobilidade você vê que continua essa política industrial automotiva forte, tem algumas pessoas que criticam o incentivo à venda de automóveis quando na verdade deveria ter políticas públicas no sentido de mitigar o problema do congestionamento dos grandes centros. Também alguns dados do censo do IBGE agora de 2010, mostrando um conceito que o Milton Santos falava de uma certa involução metropolitana onde as grandes metrópoles, e considero São Paulo e Rio, que tiveram reduzidos seus poderes de atração, transferidos em grande parte para as metrópoles regionais como no caso Manaus, Distrito Federal, Goiânia, Florianópolis, que contemplaram taxas de crescimento nesse período de 2000-2010 maior que São Paulo/Rio de Janeiro ou maior que a média nacional, e no caso de São Paulo essa concentração também de municípios na região metropolitana. Nesse mapa de taxas de crescimento por décadas no município de São Paulo mostra a imagem da cidade Tiradentes na década de 80 com altas taxas de densidade populacional, e aqui também o crescimento populacional maior com a evasão depois na próxima década com a perda de população da região central e o crescimento sempre nas regiões no extremo do município, e isso não é só para o caso de São Paulo, Curitiba é assim também em outras grandes metrópoles. Aqui só para mostrar um pouco dessa mancha em São Paulo da expansão horizontal de crescimento, e até por isso exigindo



atualmente maior intervenção e maior preocupação com a questão da mobilidade nos municípios. Esse, assim como a professora Maria Lucia tinha falado da política habitacional, que é construída diferentemente, de acordo com o porte do município, assim também a política nacional de mobilidade vai fazer essa distinção entre os diferentes municípios e procurar alternativas para cada um deles, e aí coloca como um de seus princípios, diretriz nacional, diminuir a necessidade de viagens motorizadas, repensar o desenho urbano das cidades, a circulação dos veículos, desenvolverem meios não motorizados de transporte, hoje vemos a questão das bicicletas, andar a pé, a importância desses meios de transporte também para as cidades, e reconhecer a importância do deslocamento dos pedestres em outra escala, reduzir os impactos ambientais da mobilidade urbana, a questão da mobilidade dos portadores de necessidades especiais ou que tem restrição de mobilidade e algum tipo de deficiência, priorização do transporte público coletivo, que também é uma dificuldade, nós vemos sempre o alargamento das marginais e não a construção de priorização para esse sistema, a integração entre os diversos modos de transporte, e preparar a gestão local para esse tipo de intervenção. A atuação, priorização dos recursos, vem também nesse sentido, projetos de corredores estruturais de transporte, apoio a elaboração de projetos de sistema integrado, circulação não motorizada, vem nesse sentido do que foi colocado dos princípios.



Para falar da experiência de Curitiba queria passar outra apresentação mais ilustrativa, no entanto vou dar um pouco minha abordagem da cooperativa e a respeito da questão do transporte em Curitiba. Ilustrando, utilizando os slides para mostrar um pouco como é esse sistema em Curitiba, a região metropolitana de Curitiba oficialmente vai até a divisa com o estado de São Paulo e até Santa Catarina, contemplando todos esses municípios, no entanto de fato o aglomerado metroPolitano podemos dizer que é aquela mancha vermelha. Mostrando para dizer que segue bastante esse crescimento espreado como foi mostrado anteriormente no caso de São Paulo. Aqui fala um pouco do sistema de transporte relacionado com processo de planejamento, desde de 75 você tem um plano diretor que procura integrar as três ações do planejamento: uso do solo, sistema viário e transporte coletivo. O meio ambiente e desenvolvimento econômico e social veio depois, em 2004. Essas três abordagens estavam no plano construído pelo Jorge B., da estruturação do transporte em Curitiba, que de certa forma é interessante pela integração entre as políticas, e o que de fato se concretizou foram esses corredores estruturais norte-sul, leste-oeste, com crescimento linear, e pegando os mapas você vê a correlação entre os zoneamentos, sistema viário e a rede integrada de transporte coletivo de Curitiba. Basicamente o que todo esse sistema de crescimento linear vem nos mostrar é que o que foi estruturado em termos de transporte, esse slide mostra o setor estrutural, formado no eixo central pela via exclusiva que chamamos canaleta do

expresso, um corredor de transporte, e as vias rápidas, uma em direção ao centro e a outra em direção ao bairro. Nesse setor estrutural são permitidos parâmetros de coeficiente de aproveitamento, parâmetros construtivos mais altos, porque se acreditava no plano de 75, como havia intervenção pública, e nesse setor, que você teria que ao colocar transporte e o sistema viário, que você teria que intensificar a região, no entanto na prática essa intervenção pública com o decorrer dos anos, o que aconteceu foi que a apropriação desse adensamento foi feito pelo setor imobiliário e essas regiões por já ter todo um investimentos públicos houve um efeito inverso, apropriado pelo setor imobiliário, e você tem o corredor oeste, o mais consolidado que os outros, os preços dos lotes de construções subiram, com adensamento vertical mas não populacional como se esperava, mais apropriado pelo setor imobiliário do que pela população propriamente dita, de morar na região, então essa é uma das deficiências desse sistema apesar do planejamento. Vemos a consolidação dos eixos estruturais principalmente na foto acima do setor oeste, também nos terminais de integração, lá é a integração física onde você precisa estar em um terminal para fazer o transbordo. Aqui já considerando alguns componentes do plano de mobilidade, todo esse trabalho do sistema estrutural vem desde a década de 70 e em 1990 você tem a integração com o ligeirinho que é uma outra proposta, com poucas paradas, a ideia do BRT em um transporte mais rápido com poucas paradas dando acesso aos extremos da cidade. Aqui mostra um pouco da rede integrada, dos pontos que são os do transbordo e como



funciona dentro do sistema. Aqui os tipos de ônibus, como são classificados, interbairros, que faz mas o contorno externo da cidade, os alimentadores que partem dos terminais, os circulares que tem trajetória bastante diferenciada atendendo às universidades, e você tem um tipo de ônibus para cada tipo de necessidade, diferenciado por cores. Os terminais de integração, aqui o do Cabral, e aqui a rua da cidadania que começou além de integrar o transporte, a integrar também serviços públicos com a rua da cidadania, aqui os novos corredores que foram sendo construídos, a linha do emprego, um corredor novo já no extremo sul da cidade, e a linha verde, a antiga BR 116, com o trecho urbano da BR que foi desativado enquanto rodovia e foi feito o contorno leste, uma espécie de rodoanel aqui de São Paulo, e esse trecho da BR está sendo utilizado como linha verde, e também a conectora, que recebe uma série de críticas pela forma como também o setor imobiliário se apropriou dos lotes antes até dos investimentos públicos, talvez com informações privilegiadas dando um papel para a Ecoville muito mais de classe alta, de alta renda, prejudicando talvez a ideia original, ou não prejudicando. E aqui temos a linha verde, em fase de implantação que vai procurar conectar municípios como Colombo ao extremo sul da cidade também. Só não vou poder explicar todo o projeto pelo tempo. É interessante como essa apresentação também nos dá uma noção de todos os projetos e de todas coisas que estão sendo feitas, e aqui é o metrô que ainda está em discussão, a ideia é que passe onde hoje tem um corredor de transporte coletivo norte-sul sendo desativado esse



corredor para virar uma área de lazer. E assim por diante, tem toda a integração do sistema de transporte.

Só queria dizer que a questão colocada, os desafios, dentro dessa experiência de Curitiba, que na verdade é uma experiência que tem que ser valorizada pelo histórico de planejamento e também pela prática, no entanto como disse, esse setor estrutural foi completamente apropriado por classes da mais alta renda fazendo com que a ideia, ou quem mais precisa do transporte, que precisa morar, e a densidade populacional, não seja concentrada nessas hastes do setor estrutural, pelo contrário, elas vão adensar as franjas metropolitanas provocando dificuldades, dificuldades enormes do transporte. A Débora na sua dissertação de mestrado avalia que o plano de mobilidade de Curitiba, a forma como foi construído, não se questiona algumas questões técnicas, mas da sua forma, que não houve um processo participativo na elaboração do plano, como era esperado, e no que compromete de fato dentro das demandas da sociedade, ou mesmo posições contrárias ao que foi estabelecido, do que se pensou inicialmente, tendo uma dificuldade para ser avaliado porque existe uma grande concentração em todo sistema de transporte de Curitiba e da região metropolitana, ele é gerenciado pela URBS-Urbanização de Curitiba, um órgão da administração indireta de Curitiba, o que faz com que de fato os interesses da capital prevaleçam em detrimento aos demais municípios, e a URBS entra em confronto diariamente com o órgão metroPolitano COMEC



porque tem vários questionamentos, então é necessário recriar esse modelo institucional de gestão do transporte da região metropolitana de Curitiba, centrando força no órgão metroPolitano COMEC e um colegiado exercendo a gestão do sistema porque está com esse órgão da administração indireta, ligado à prefeitura. Desde 96 a URBS é que gerencia constitucionalmente o que compete a 26 municípios e ao estado, quem coloca isso é o Valter F, engenheiro presidente do SEIG. Outra questão que se coloca, teve uma polêmica na época, porque não se questiona muito o transporte de Curitiba, de fato em alguns aspectos mais na região central, para uma região da cidade ele funciona no entanto não a integração, ela é muito prejudicada porque você tem municípios com 150.000-200.000 habitantes que dependem de um terminal e de uma linha de transporte para chegar no sistema de Curitiba, então quando chega no sistema você tem uma certa vazão mas há uma lacuna nessa interface entre o terminal que se concentra no município metroPolitano e a gestão de Curitiba, então esses impasses entre os órgãos e instituições, predominantemente, fizeram com que dois terminais localizados em municípios, em Colombo que teve um crescimento populacional grande, ficasse sem operação por 2 anos, e a população questionava o prefeito e o prefeito dizia que na verdade não tinha autonomia, força e nem poder, porque dependia basicamente dessa rede da URBS, dessa empresa, e isso é bastante prejudicial ao sistema como um todo, ao mesmo tempo a URBS estuda a disposição de bilhete único que irá permitir ao usuário pagar uma passagem

para utilizar diferentes linhas, o que não acontece hoje, tem aquela dificuldade de você fazer aquela integração nas estações ou nos terminais, essa integração é física.

Dos desafios, são falas de pessoas que foram entrevistadas, o professor Lafaiete Santos Neves da FAE, ele é economista, fala que os empresários consideram a prefeitura de Curitiba como parceira no empreendimento do transporte coletivo da capital pela construção do todo sistema e mais pela forma de gerenciamento. É questionada a questão do gerenciamento pela URBS e também os terminais de ônibus velhos e degradados, sendo que alguns estão passando por processo de manutenção. A forma de gerenciamento desse sistema é muito questionada. No caso de São Paulo queria enfatizar, até porque fiz a pesquisa em São Paulo, fui entrevistar as trajetórias de vida do Cantinho do Céu, alguns moradores do extremo sul de São Paulo, e verifiquei a questão do bilhete único, que trouxe uma mudança significativa nos deslocamentos, e dar acesso ao estudo, lazer, trabalho, na procura do trabalho, devido à forma como foi implantado, como que isso para as pessoas tornou a vida delas... tornou uma coisa antes e depois do bilhete único. E um pouco também do corredor que segue esse modelo.

Algumas questões para reflexão, mas e as possibilidades de direcionar recursos públicos no âmbito do Plano de Mobilidade-PLANMOB para priorizar os modos coletivos e não motorizados, estamos preparados para isso? Será possível



reverter esse modelo rodoviarista de estruturação urbana ? Quais os desafios para integração das políticas, seja de mobilidade, políticas públicas na área urbana, principalmente de planejamento urbano, tendo em vista o conceito de justiça social, ambiental, e o direito à cidade, que entendido como direito de acesso.

Das experiências, relacionei rapidamente algumas, principalmente a de Madri caracterizada por esse transporte público multimodal, colocando o trem, metrô e ônibus, em suas diferentes categorias. Bogotá, muito parecido com o que acontece no modelo de Curitiba. Medellin pela estrutura geográfica da cidade, nas comunas, apesar de ainda restrito tem favorecido muito o deslocamento e a integração com o metrô. O metrô cable atendendo as comunas que apesar de ainda ter restrição pelo número, na acessibilidade, pelo número de pessoas que são atendidas, e também quando de conflitos armados que ocorrem em Medellin, porque ai esse sistema para, um sistema fechado é uma espécie de teleférico, aí entra a interrelação com o que o Benedito estava colocando, e naquele caso pode ser bastante interessante pela composição geográfica, no entanto com alguns porém. E aqui algumas coisas que ainda estão em estudo, dos carros passando por baixo do sistema, é coisa de chinês. Aqui também temos algumas referências, com muito material do ministério das cidades, cadernos de referência, dissertações que citamos, e essa revista que construímos junto com o Sindicato dos engenheiros do Paraná.



Debates - manhã

Sinoel Batista

Temos ainda alguns minutos para intervenções simples.

Professora Maria Lucia Martins

Deixo com vocês o produto, um texto de referência centro-periferia porque temos ficado muito sempre focados na precariedade da periferia e particularmente em São Paulo que está se colocando com muita ênfase à precariedade das regiões centrais com essa barbaridade que o Kassab está propondo que é o tipo de intervenção na área da Luz, perto da estação, na chamada cracolândia, começar a chamar assim já é o começo de um processo de exclusão, criminalização, de tudo que é errado, e essa questão precisa estar presente também.

Acho que a fala dos três evidencia um pouco dessa relação do que é o projeto para a cidade, da questão local e a importância deles, mas a necessidade de ter alguma conexão com o que é o projeto nacional, e acho que aí tem uma coisa mais evidente quando a Simone fala, todo mundo diz que tem que investir em transporte público no entanto quando olhamos o modelo de desenvolvimento nacional a indústria automobilística tem peso na economia, responsabilidade no que se chama de setor moderno da cidade, e tem grandes dúvidas se alguma coisa pode ser mudada nesse sentido, acho que para mim essa é a



pergunta da esfinge, quando a gente faz isso quando a parte mais moderna da sociedade brasileira não induz a uma inviabilidade das cidades, colocando a "n" questões, que posso até comentar do centro de São Paulo por exemplo, que associa um pouco a sua questão, do que vai ao lado dos corredores de ônibus, e temos defendido muito que têm áreas que estão subproveitadas, sem a menor dúvida, o Pari, a própria região da Luz, tem uso muito menos intenso do que poderia ter, porém são áreas onde só vai acontecer alguma coisa se tiver forte intervenção do poder público e, agora, para colocar no colo da iniciativa privada quando está tudo resolvido, por favor... então é nesse sentido que, enfim, como forma de intervenção está claro que não tem a ação se não for por forte direcionamento do poder público, e sendo com recurso público então que seja na promoção de habitação de interesse social, e aí vou fazer uma pequena outra correção no caso de São Paulo, e nessa da Luz, é o seguinte, na verdade esse investimento começou na gestão do José Serra que na minha leitura tinha uma proposta quase que ideológica no sentido de tornar uma área do centro mais atrativa, turística, enfim, e agora com o Kassab é absolutamente pragmática do ponto de vista econômico, do ponto de vista econômico de local, dando suporte, colocando na mão da iniciativa privada, e no plano mais amplo, que não aparece explícito, mas dá para fazer essa leitura, de ter inclusive a inserção da cidade de São Paulo, da metrópole, internacionalmente, com uma visão que quer colocar a cidade e naquilo que permite uma competitividade internacional do setor financeiro, informática,



serviços quaternários, e uma inserção que teria a ver com o fortalecimento do mercado nacional onde já está claramente colocado e expresso por toda a produção que circula pela rua das ferramentas, a R. Florêncio de Abreu, da indústria do Brás, das roupas, madeira e couro, a R. José Paulino, enfim, nessa região da Luz, que é absolutamente local, está colocada em uma visão de inserção dessa região da cidade e em que modelo de desenvolvimento, se na competição global ou se uma coisa que fortalece o mercado interno e essa produção local nossa, e portanto a moradia e o tipo de trabalhadores usuários desse tipo de atividade. Acho importante ressaltar isso na medida em que formos olhar em algum nível essas boas soluções locais sempre vão estar amarradas em como a coisa está sendo olhada no plano nacional. Sobre o Minha casa, minha vida tenho alguma coisinha e vale uma conversa para qualquer hora.

Professor Benedito Mariano

Primeiro concordando e reforçando o que foi dito, tem projetos locais e regionais que só viram realidade com recursos do estado e da união, se os municípios provocarem, citando por exemplo a conquista do consórcio intermunicipal do ABC o programa do metrô leve que vai ser iniciada a partir do ano que vem, com recursos do estado e da união, mas quem provocou o debate foram os 7 municípios. Só para reforçar que não dá para fazer projetos estruturantes locais sem contar com o estado e a união.



Nessa área em particular da segurança essa relação estado/união é fundamental porque a responsabilidade na área de segurança pública constitucionalmente é do estado em especial, e da união, e acho que é um momento importante de se estabelecer um debate de inclusão dos municípios nesse sistema, trazendo aquilo que o sistema não tem, a prevenção, nossas polícias não fazem prevenção, e os municípios podem fazer, e com muita qualidade. Dentro da política de prevenção queria reforçar o foco prioritário na juventude, porque quem morre e mata no Brasil têm entre 14-29 anos, incentivar a criação de órgão gestores de primeiro escalão de segurança urbana e também quando puder fazer o debate da criação de uma agência municipal de segurança com foco na prevenção, que são os guardas municipais, hoje 850 municípios de 21 estados têm guardas municipais e estamos terminando um trabalho no ministério da justiça para o marco regulatório para as guardas municipais estabelecendo atribuições, até onde podem ir, e oxalá até o fim do ano vai para o projeto executivo no Congresso Nacional, eu estou esperando isso há pelo menos 15 anos mas agora há um efetivo compromisso da união em levar esse debate para o Congresso e lá teve debate com o setor conservador que quer criar mais uma agência repressiva e nós queremos deixar muito claro nesse projeto de regulamentação por Lei complementar que só vale a pena ter no município uma agência que tem uma característica efetivamente preventiva e comunitária para dar contribuição ao setor. Por último, também destacar a



importância de novas tecnologias para monitorar a segurança urbana. Estamos com edital aberto em São Bernardo do Campo, é o projeto mais importante que temos lá, para o programa de monitoramento de segurança que vai integrar a área de segurança recebendo um serviço de emergência o SAMU, Defesa civil, áreas de risco, e de trânsito, além de ter detectores de inundação, entulho, e tiro, com o local e que tipo de arma foi utilizado. Isso existe só em poucos países da Europa, a integração se dá pelo próprio soft que sinaliza qual agência tem que atuar primeiro e estamos apostando muito que esse projeto somado com 400 e poucas câmaras, em toda a rede municipal, nos grandes corredores, nas entradas da cidade, vai ser um fator de prevenção importante para inibir determinados delitos de grande circulação e também estabelecer uma sensação de segurança e antecipar algumas situações. Nesse sistema estamos colocando também um monitoramento de 18 áreas de risco e 16 pontos de inundação, que é muito comum na cidade, e que o próprio sistema possibilita uma ação emergencial, preventiva, do município, coordenado pelo órgão de segurança urbana, então a segurança urbana também discute entulho, área de risco, trânsito, nessa concepção que acho que vai trazer para a prática para que os municípios tenham o debate do novo pacto federativo onde o município tem o protagonismo que ainda não tem.



Carlos Siqueira

O que a professora Maria Lucia provocou é muito importante, tudo é muito importante, mas digo que um aspecto que tem de ser pensado, não há nada na política local, no caso do Brasil que é um ente federativo, quase um país unitário digamos assim, se formos ver a rigor dentro do sistema tributário como são concentrados os recursos da união, ressaltando São Paulo e Rio de Janeiro os outros estados são quase completamente dependente da união e se for para o norte em alguns estados do nordeste a coisa se agrava mais ainda, não há política local e municipal sem a união, e também há uma cultura de reproduzir nos últimos anos, tem surgido proposta como o professor Benedito apresentou aqui, municipal de segurança, mas que são raridades, pouquíssimos municípios têm essa preocupação. Aqui em São Paulo também conheço um programa e não sei a quantas anda nessa essa altura, de São Vicente, que também teve resultados bastante exitosos com os jovens de periferia, diminuindo sensivelmente, não sei se continuam, não tenho informações mais recentes. Então se não houver um projeto nacional, tudo está relacionado a isso, a indústria automobilística, quando ela foi instituída, agora, claro que é uma coisa instituída, mas por outro lado mesmo atualmente, como digo, na questão da mobilidade, uma questão vital também para as cidades é que estamos dando certas prioridades, que não sei, não sou especialista, mas às vezes digo, será que estou errado? Queria pedir a opinião de vocês, como por exemplo vemos agora a discussão do trem bala São Paulo-



Rio de Janeiro, que ainda não se sabe exatamente quanto vai custar mas que no mínimo vai custar algo em torno de R\$ 40 bilhões, na melhor hipótese, e com esse recurso por exemplo quantos quilômetros de metrô se construiria, mesmo considerando um fato dado que a professora levantou aqui, da prioridade do automóvel, que continua vigente, tanto que na política industrial da semana passada por incrível que pareça a indústria automobilística é um dos beneficiários da renúncia fiscal que o estado brasileiro está fazendo, não é? Mas não há nenhuma crise na indústria porque ninguém está ameaçando fechar postos de trabalho em função disso porque nunca se vendeu tanto automóvel no Brasil como se vende hoje, mesmo em plena crise de 2008 os veículos continuaram sendo vendidos, enfim, então essa prioridade, acho que essas questões também precisam ser levantadas para, quer dizer, no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador por exemplo, essas grandes cidades brasileiras, quantos quilômetros de metrô seriam construídos com R\$ 40 bilhões? Então acho que esse tipo de coisas mesmo considerando que há prioridade, e não podemos dizer que não há, há um dado efetivo de prioridade ao transporte individual onde as cidades estão se tornando, e tendem a piorar, não há nada no sentido contrário, mas mesmo assim de um sistema de metrô funcionando, e temos entre as cidades, nem precisa comparar com Paris, Londres e nem com outras, mas se compararmos com a China que é um país que está evoluindo recentemente, por exemplo Pequim que tem quase o triplo de linhas de metrô que tem em São Paulo, Xangai, e



mesmo na cidade do México, pertinho, com o número de quilometragem de metrô de São Paulo comparando com a cidade do México, ou seja, na verdade há alternativas para pensarmos em outras formas, e mesmo em Curitiba, pelo que a professora comentou também tem exemplo disso, e que tem problemas porque não haverá nenhum tipo de transporte que não tenha problemas, não há uma solução perfeita, enfim, e isso também acho que diz respeito à política habitacional, que é outra coisa que ao longo da nossa história, e atualmente também, há problemas que precisamos levantar em relação à propriedade, porque um programa muito interessante em vários aspectos, a professora Maria Lucia falou sobre algumas, o Minha casa, minha vida, mas a questão central, que ela também falou, mas que não está sendo enfrentada, é a propriedade da terra, se não houver esse enfrentamento não há solução minimamente, digamos aceitável do ponto de vista da maioria, se não mexer na questão fundiária, nas terras urbanas, a quem pertence, como será, e mesmo esse programa do Minha casa, minha vida tem coisas que fico abismado, e que fiquei sabendo por acaso, como uma moça que trabalhava na minha casa há 21 anos, moro em Brasília e ela mora na periferia, mas uma vez estava necessitando vender uma chácara na cidade em que mora que fica há pouco mais de 20 km da minha, e fui olhar, mas ela queria me vender por R\$ 30.000, isso há uns 6-7 anos, e eu disse que não queria, era muito distante, e tal, e agora no programa Minha casa, minha vida a CEF comprou a mesma chácara por R\$ 600.000. Imagine a valorização das terras urbanas. Essas

chácaras, foram vendidas, várias delas, para uma única empresa, que agora vendeu para a CEF e aquele pedacinho custou R\$ 600.000.

Sinoel - Bom, obrigado professora, professor, pela participação, em nome da Fundação agradecemos muito pela colaboração.

Carlos Siqueira = Só para dizer que pretendemos dar continuidade a esse debate não vamos encerrar aqui, esse foi um aquecimento.



Atividades do período da tarde

Carlos Bachiega

Vou abordar o tema de saneamento básico, também já fazendo uma correlação com as metrópoles e as grandes aglomerações urbanas, algumas dificuldades e alguns desafios, e algumas questões para reflexão.

Primeiramente, e é interessante temos algumas dificuldades para análise nesse setor, em relação a disponibilização de banco de dado, somente agora, recentemente depois da criação do ministério das cidades e da secretaria executiva de saneamento que essas informações, esses bancos, começam a ser agregados em sistemas de informações como o Snis, mas mesmo assim ainda têm uma carência muito grande de informações e dados em relação a questões qualitativas do setor de saneamento, grande, e há preocupação em relação a informação de dados quantitativos, e principalmente em relação a universalização de acesso ao sistema de saneamento no Brasil, em especial nas regiões urbanas. Em relação a isso, uma explicação, uma justificativa de como estaremos analisando os dados que estarei explicando para vocês hoje, em cima primeiro de uma definição dos espaços metroPolitanos, que devem ser definidos pela sua natureza de configuração e não só pela questão institucional já que a criação de regiões metropolitanas do Brasil é uma atribuição, uma competência dos governos estaduais, e nem sempre a criação dessas regiões dizem respeito a uma aglomeração que tem uma certa continuidade e que

tenha esse processo de urbanização ou conurbação. Em relação a isso em 2009 foi feito um estudo pelo observatório das metrópoles analisando todos os casos de regiões metropolitanas no Brasil, que acabou definindo que temos na verdade 15 regiões metropolitanas caracterizadas sob um ponto de vista, vamos dizer, técnico, do que seria uma metrópole, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. Elas agregam 283 municípios brasileiros que correspondem a 5% da totalidade, e engloba 36% da população brasileira conforme dados do IBGE de 2007. O programa nacional de amostragem domiciliar, uma pesquisa do IBGE de 2008 agrega informações sobre saneamento básico de 9 regiões metropolitanas, que vamos tentar analisar, fazer comparativos, que são : Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. A situação de saneamento, primeiro no Brasil de maneira geral, e também por regiões, no que diz respeito à abastecimento de água, 83,9% dos domicílios particulares do Brasil estão ligados a uma rede geral de abastecimento de água potável e 16,1% têm abastecimento resolvido de outra forma, seja de poços individuais, cisternas, soluções desse tipo. Esse indicador não analisa a questão qualitativa desse sistema ou do abastecimento. Por região temos a pior situação na região norte onde só 58,3% dos domicílios estão vinculados à rede geral e 41% têm seu abastecimento resolvido de outra maneira que não na rede pública, e a melhor situação é a da região sudeste, com 91,8% com rede e 8,2% com



abastecimento de outra natureza.

A situação do esgotamento sanitário é um pouco mais grave no Brasil de maneira geral, onde pouco mais de 50% dos domicílios têm ligação com a rede coletora, 20% têm a situação resolvida através de fossas, 22,9% de outras formas e 3,9% não tem nenhuma solução o acesso a nenhum tipo de esgotamento sanitário. Por região a situação se repete, a região norte novamente é a mais complicada com menor índice de atendimento por rede e a região sudeste é a que tem a melhor solução. É interessante ver que nas outras regiões acabamos ficando com o índice de abaixo de 40% dos domicílios ligados a uma rede coletora. Na questão do esgotamento sanitário não estou considerando e analisando a questão da disposição final, do tratamento do efluente, da poluição ambiental provocada por esse efluente, esses são dados muito básicos refletindo só a universalização do acesso. Também temos muitas situação de você ter a presença de redes mas você não tem a ligação do domicílio com a rede, pela questão da dificuldade econômica mesmo de você ter uma rede interna do domicílio que propicia a ligação desses domicílios com a rede geral.

Na questão da destinação dos resíduos ou do lixo a situação é melhor do que a do esgotamento e em algumas regiões é melhor do que a do abastecimento. Praticamente todas regiões estão acima dos 70% do atendimento, a região nordeste é a que acaba ficando com menor índice de acesso. Aqui também não



entra nenhuma análise, nenhum indicador qualitativo no que diz respeito ao sistema de coleta seletiva diferenciada, não tem nenhuma análise sobre a disposição correta desse resíduo, se é em lixão, vala, aterros sanitários controlados e monitorados, e nada também em relação a resíduos de saúde ou de construção civil, tanto em coleta diferenciada como para processos de reaproveitamento e reutilização desse tipo de resíduo. As experiências são poucas e muito isoladas.

Fazendo um retrato pelas 9 regiões metropolitanas dessas informações coletadas, em relação abastecimento de água com canalização interna e rede geral termos percentuais em relação à população total e aí percebemos a região de São Paulo e Salvador com um índice bastante grande, por volta de 98%, em Belém com menor índice, 64%, em Belo Horizonte com 98,29%, um índice alto, Curitiba, Fortaleza.

Outro em relação ao esgotamento sanitário, com algumas disparidades, por exemplo Belém tem 64% dos moradores atendidos com rede de água mas somente 9,61% atendidos com rede de esgotamento sanitário, Belo Horizonte têm situação privilegiada, e depois a última coluna em relação ao destino e coleta de lixo.

Queria chamar a atenção, para o caso de Salvador, mais para tentar entender essa situação e também como seria uma situação desafiadora para as



propostas de soluções. Salvador tem um índice muito bom para cobertura para abastecimento de água, bom também para abastecimento mas tem um índice menor, é o menor de todas, em relação a coleta, 51,64%, quer dizer, essa disparidade nesses diferentes índices de cobertura desses três serviços básicos, vamos dizer assim, muitas vezes se dá porque na gestão, ou no município, ela é feita de maneira diferenciada, isolada, na verdade tem uma política com certa integridade no que diz respeito a água e esgoto, mas o lixo é sempre uma coisa muito à parte, normalmente feita por outra unidade administrativa, na sua gestão, por um outro sistema, e o conceito de saneamento básico hoje colocado pela legislação de água, esgoto, lixo e drenagem urbana, ainda está muito longe da realidade brasileira para integração desses serviços. Drenagem urbana então é uma coisa muito nova e praticamente tem pouca informação em relação a isso, mas essa diferença entre esses três serviços se dá muito em conta disso, da não integração dos mesmos dentro do conceito do que é o saneamento básico, saneamento ambiental, e por essas diferenças de gestão também dentro do município. Se formos pensar, embora os indicadores pareçam muito satisfatórios, muitos acima de 80%, outros beirando 90%, transcendendo isso para a população temos um universo assustador de população ainda sem acesso a esses serviços. Com relação à abastecimento de água nós temos nas p regiões metropolitanas só 4 milhões de pessoas ainda sem acesso a qualquer distribuição de água potável por rede, 17 milhões ainda não tem acesso ao esgotamento sanitário, e quase 8 milhões de pessoas não

têm acesso a um sistema de coleta de lixo domiciliar, então é muita gente.

Esse quadro acho muito interessante, em cima do que a professora Maria Lucia comentou, todas as questões relacionadas ao não acesso ao saneamento estão muito ligadas vinculadas à qualidade da moradia, da habitação, se pegarmos hoje o perfil do déficit habitacional que temos nas regiões metropolitanas, a característica deste déficit, de favelas ou assentamentos nas periferias das regiões metropolitanas em áreas de risco, em áreas de mananciais, de proteção de mananciais, nós temos também a correlação exatamente com a ineficácia ou a falta dos serviços de saneamento básico. Essa é uma evolução que também caracteriza todo processo de investimento, de crescimento dessas políticas, de 98, 2003-2008, onde a questão do saneamento básico nesse período teve a maior diferença de percentual no que diz respeito ao investimento e ao progresso desses indicadores no que diz respeito a água, esgoto e lixo, é muito semelhante a evolução da qualidade das características físicas adequadas da moradia, onde entra a questão do material utilizado, que passa a ser material de maior durabilidade, em uma habitação que tenha pelo menos um cômodo abastecido por água proveniente de rede, que tenha densidade de 3 moradores por dormitório, e habitação que tenha pelo menos um banheiro nessa unidade, ligado à rede tanto de água como de esgotamento sanitário. A evolução das questões ligadas à ocupação adequada e a condição da moradia enquanto propriedade, se é uma habitação própria já quitada, ou



própria financiada ou alugada, e que seja em um valor inferior a 1/3 da renda familiar, as alterações se deram na ordem de 1,2% só entre 2003 e 98, de 2,8 de 2003-2008. Na realidade é um índice de crescimento ou de melhoria muito baixo se pensarmos em relação ao déficit que temos, e mantendo um ritmo desses, de investimento ou de crescimento do setor de saneamento básico no Brasil conseguiríamos atingir indicadores de 95% de atendimento somente em 2055, seria um bom motivo de comemoração do centenário, não é? Embora muita gente não esteja presente, e que passou a vida sem ter acesso aos serviços de saneamento. A questão do saneamento está intrinsecamente vinculada ao ambiente e condições adequadas de moradia e o desenho que temos hoje, a maneira do modo de produção nas cidades brasileiras, textualmente nas regiões metropolitanas, continuamos tendo uma condição e ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis, prática de usos econômicos predatórios e insuficiência dos serviços de saneamento, associado à inadequação ou inexistência de políticas de orientação e controle, do uso e ocupação do solo, ocupação de áreas de mananciais ou de patrimônio natural, que acarreta ou situações de deslizamento, problemas de enchentes, de poluição de ar e de rios, que é sempre um evento que acaba parecendo e se destacando no noticiário da mídia brasileira, e isso denota também a necessidade de integração muito grande entre política de uso e ocupação do solo, de zoneamento e parcelamento do solo, políticas de saneamento, políticas de saúde e a política de recursos hídricos também. Das questões que



ainda não conseguimos ter uma avaliação mais profunda por falta de informação, dados, de estudos ou de trabalho, acadêmicos que sejam, da questão da disponibilidade de água, temos alguma coisa mais voltada para a região metropolitana de São Paulo, com alguns estudos tratando da questão do estresse e da disponibilidade de água para região metropolitana de São Paulo, que importa água hoje da bacia do Piracicaba, são 30.000 l, 30.000 água/s são comprados dessa bacia para poder garantir o abastecimento de água potável. Isso é interessante porque remete a uma questão de gestão que extrapola inclusive a região metropolitana de São Paulo, interferindo em uma outra unidade de gestão que são as bacias hidrográficas, que no estado de São Paulo nós temos de certa maneira resolvido, ou pelo menos disciplinado, através de comitês e de uma política de recursos hídricos construída em cima do conceito de bacia hidrográfica, e é mais um complicômetro, vamos dizer assim, na questão da gestão metropolitana do serviço de saneamento porque extrapola muitas vezes as próprias bacias hidrográficas além de extrapolar a questão dos limites de municípios, e tudo mais. Ainda tenho muito pouca variação em relação a qualidade dessa água por esses sistemas metroPolitanos, também muito pouco análise e debates sobre essa política de tarifas. Essa discussão sobre uma tarifa socialmente mais justa no que diz respeito a prestação de serviços de saneamento também é uma discussão muito pequena, ainda tem aquele conceito de que você paga aquilo que consome sem levar em situação a condição econômica, localidade, condição da



habitação, condição da família, ainda é uma política muito burocrática, vamos dizer assim, com base muito só na questão financeira, e é um elemento fundamental da análise para sistemas locais de saneamento básico em garantir a sua sustentabilidade econômica. Esse debate tem que ter provocado a nível nacional porque temos várias regiões, pelo menos as mais pobres, onde dificilmente você consegue ter um sistema local de saneamento que seja sustentável pela questão da tarifa, você não consegue manter esse equilíbrio, então tem uma discussão muito grande, como tem na questão da habitação, dos recursos subsidiados para poder viabilizar, em muitas situações não consigo garantir o acesso da população ao sistema existente exatamente porque a política de tarifa é incompatível, a família não vai conseguir pagar a conta, então nem liga o domicílio na rede, continua com a fossa, o poço, e coisas desse tipo. Da questão dos efluentes domésticos também temos muito pouca informação, é uma coisa muito distante da realidade das regiões metropolitanas ou dos sistemas municipais principalmente nas regiões norte, nordeste e centro oeste, embora tenhamos agora uma legislação que tenha forçado essa questão do tratamento dos efluentes domésticos, mas ainda é muito pouco. Em relação a disposição dos resíduos sólidos então é menos ainda do que esgoto e também hoje existe legislação federal que regulamenta a questão da disposição final para não aceitar mais os lixões, aceita com alguma restrição a disposição em vala mas a meta é sempre para os aterros sanitários controlados e de políticas também em relação à disposição de outros



resíduos sem o avanço na legislação que acho que é significativo na questão da legislação de resíduos, que é a implantação do conceito de logística reversa, obrigando aquele que produz o resíduo ser o responsável pelo recolhimento e disposição correta desse resíduo e, temos para as lâmpadas fluorescentes, bateria de celular, pilhas, embalagem de agrotóxicos, pneus, e agora já se pensa também para a informática, para se ter uma ideia hoje o Brasil é um dos países que mais produzem esse tipo de lixo da informática com uma postura não muito recomendada e está exportando para África mascarando essa forma de exportar como resíduo de outra categoria entrando por conta de alguns processos artesanais para tentar recuperar ouro e prata que existem no interior dessas maquininhas.

Na questão dos outros serviços, o que mais se destaca são os resíduos da construção civil que tem característica muito interessante propiciando reaproveitamento muito interessante também para serem reaplicada depois em elementos da construção para habitação ou pavimentação, tem algumas experiências interessantes sobre isso no estado de São Paulo. A questão da drenagem urbana que agora é um serviço vinculado a questão do saneamento e temos muito pouca discussão em relação a isso. O problema é gravíssimo relacionado diretamente a política de uso e ocupação do solo, adensamento, impermeabilização. O que temos são coisas muito básicas, o pessoal entende que pavimentando a via, colocando guia e sarjeta está propiciando drenagem,



a superficial, só que não sabemos o que fazer com ela quando chega ao ponto mais baixo, que é a enchente, é o lixo que vai junto, e São Paulo nesse sentido tem algumas experiências de piscinões mas também com problemas graves da operacionalização de limpeza e retirada do lixo, como algo muito caro e inviável para outros centros urbanos. É uma discussão muito grande na área de planejamento urbano que você começa a ter em outras regiões do Brasil, Porto Alegre começa a ter experiências interessantes nessa área, e a grande resistência de entender isso como um serviço público, passível inclusive de tributação. Essa ainda é uma questão de muito debate.

Tirando essa questão do diagnóstico como retrato das regiões metropolitanas em relação a saneamento queria falar um pouco de como a política de saneamento se institucionalizou no Brasil, muito parecida com a política de habitação, que teve na época da ditadura militar em 69, com a criação do Planasa, não esquecendo que foi um plano centralizado colocado pelo governo central disponibilizado pelos recursos do FGTS dos trabalhadores, que ia para um fundo, o fundo nacional de água e esgoto, e quem fazia a gestão era o BNH, e criou uma estratégia que esses recursos seriam distribuídos para as companhias estaduais de saneamento básico, nessa época da ditadura militar criam-se essas companhias estaduais, na verdade como indução do governo federal para que distribuisse os recursos, e são criadas praticamente em todos estados brasileiros, forçando também que os municípios, que eram os titulares



de serviços, já que saneamento é área de interesse local, para fazerem concessão as companhias estaduais de seus serviços de saneamento, porque se não fizesse não receberia recursos e não teria os investimentos necessários para o saneamento a nível de domicílio. O governo federal ainda interfere na questão do equilíbrio econômico financeiro já que fixa uma política de tarifa, de saneamento, e quem faz essa gestão é o ministério do interior na época, e ainda através do serviço nacional de habitação, e o organismo auxilia no planejamento e assistência técnica tanto para as estaduais como para alguns municípios que mantiveram como serviços municipais de saneamento. Só para entendermos as funções vinculadas aos serviços de saneamento na época do Planasa o planejamento é uma atividade da união, a titularidade continuava sendo do município, embora tenham sido forçados a fazer esses contratos de concessão para as companhias estaduais. A regulação e a fiscalização era da união através do ministério do interior e a operação dos serviços se dava por conta do estado através das companhias estaduais, e o financiamento era fortemente feito pela união pelos recursos do FGTS, o estado com as companhias, e os municípios ainda tinham que entrar com alguma contrapartida, não esquecendo também os usuários que fazem parte desse sistema de financiamento através do pagamento de tarifas. Esse sistema todo começa a se desmontar em 1974 com a extinção do Serfau, o apoio e assistência técnica deixa de existir, e temos em 86 a extinção do BNH, e também passa a não ter mais a gestão dos recursos, e em 90 tem a extinção do



ministério que fazia parte da regulação e administração, e nesse processo todo tenho o enfraquecimento muito grande da presença da união e o fortalecimento do estado por conta das companhias estaduais, e os municípios continuaram muito fraco ainda. Em 95 entra outro ator, a partir da lei de concessão de serviços públicos e criação do programa de modernização do setor de saneamento entrando a figura da privatização, com um processo muito acelerado, entrando capital privado no setor de saneamento básico, e acabo tendo um quadro de três grupos de atores: municipalistas que acabam defendendo a titularidade do município para a questão do saneamento, a questão da gestão municipal também, os estadualistas que continuam defendendo a gestão estadual com a necessidade do estado ser o titular, e os privatistas que entendiam a questão da entrada do capital privado pelo aporte dos recursos necessários uma vez que teve o secamento, vamos dizer assim, por parte da união, com o discurso da eficiência, eficácia e tecnologia da iniciativa privada, e tudo mais. Esses três grupos vão se compondo em algumas situações, os privatistas se unem em algum momento com os municipalistas quando vão defender a questão do serviço local, porque para o privado é mais interessante entrar no município em situações locais que requer menos investimento financeiro e tem um retorno financeiro talvez em um tempo menor do que fazer investimentos em regiões muito grandes, ou no nível do estado. Esses atores vão se compondo conforme os interesses. Exatamente esse debate fez com que a legislação nacional de saneamento básico ficasse



por 10, 12 anos em debate no Congresso exatamente por conta de quem seria o titular dos serviços de saneamento, e a Lei nacional, o marco, embora não coloque claramente quem é o titular pelas questões todas colocadas, acabamos caindo no município. Tínhamos uma situação esdrúxula no estado de São Paulo, mais na cidade de São Paulo, a Sabesp prestava serviços de saneamento sem nunca ter tido um contrato de saneamento com o município e isso foi resolvido muito agora recentemente no final da década de 90 quando estava em debate a questão da titularidade porque ela estava se colocando como sendo a titular do saneamento no município e acabaram fazendo um contrato de concessão, meio que urgente para resolver essa questão mais legal e institucional, mas ainda é um debate muito grande. Em 2007 entra o novo marco legal, a Lei 11.445, a Lei nacional de saneamento, e a Lei está na verdade sem definir, apontar, quem é o titular. E tem algumas questões que acho altamente positiva, não impor nenhum modelo institucional único para a gestão do serviço de saneamento, ao contrário do que era o Planasa, como um modelo autoritário e centralizado, definindo o papel do estado, município e do cidadão, e é a união que vai definir tarifas e tudo mais, mas deixa isso tudo muito livre e democrático para acontecer conforme as características de cada região, do município e de cada região metropolitana. Estabelece algumas regras de articulação desses atores com funções pertinentes aos sistemas e abre para as experiências de gestão, fala muito da questão do consorciamento, e temos esses quatro atores que estão atuando na questão do saneamento



hoje, a iniciativa privada, união, estados e os municípios. Tem experiências de municípios que fazem a gestão de forma integrada e autônoma, pelo próprio município mesmo, tem caso de municípios que terceirizaram fazendo concessão para iniciativa privada de parte ou totalidade do sistema, e que são questões muito questionáveis, as que conheço não são muito interessantes para serem reproduzidas, até conto uma história, no final do ano passado trabalhei em Jaú, que tem 140.000 habitantes no interior de São Paulo em uma região, é uma cidade de característica industrial, o maior pólo de calçado feminino da América do Sul, mas com um sistema muito precário de saneamento, e eles têm experiência de privatização muito interessante, do ponto de vista negativo. Abriram concessão para um sistema novo de captação de água, para tratamento e reservação porque o déficit era muito grande, e essa concessão venceu, o processo de licitação não foi muito transparente, por uma empresa que se utiliza de uma técnica de tratamento de água de origem canadense, não sei se conhecem a técnica tradicional que é coletar a água bruta, de rio, que seja, tratando por um processo de decantação misturando alguns produtos fazendo com que a sujeira vá para o fundo e ai filtram essa água. A tecnologia canadense trabalha com sistema meio que invertido, de flotação, a sujeira vai para cima e você coleta a água embaixo, só que funcionou muito bem para uma água canadense que não têm turbidez ou sujeira de solo muito grande, e eles implantaram lá com captação em manancial em uma região de cultura de cana de açúcar com carreamento



muito grande de solo em boa parte do ano, e nesse período a estação de tratamento para de funcionar porque a técnica não dá conta, e 40% do município de Jaú fica sem água. Então tem que tomar muito cuidado com a tecnologia colocada pelas empresas privadas para essas soluções. E pelo contrato em 2010 tinham que aumentar em 50% a oferta de água tratada. Eles desistiram desse sistema de tratamento e fizeram o poço profundo para pegar água no aquífero Guarany por um preço absurdo para dar conta desse contrato, e agora não sabem como vão resolver a questão da tarifa porque é um processo muito mais caro de captação de água. Essa questão de atores e funções nessa nova Lei de saneamento básico, na questão do planejamento se você pensar nos serviços de abastecimento do ponto de vista de uma cadeia industrial, já que produzir água potável é uma atividade industrial, econômica, pegando água bruta, com um processo de tratamento, com sistema de distribuição, e na verdade vendem essa água. Nesse aspecto o sistema de planejamento ainda está com a união, ela comanda ou tem o controle sobre a política econômica de maneira geral, cabendo muito a colocação da Maria Lucia, a solução que vou ter para nível local de saneamento têm que estar afinada também com as questões de uma outra política a nível nacional, no caso política econômica, e os estados e municípios podem complementar em algumas coisas, no caso da política econômica é muito pequena a interferência, agora, pensando o serviço de saneamento como serviço público a ação de planejamento é do titular que através da criação de instrumentos que são os



planos de saneamento básico, colocado pela Lei nacional como elemento inicial ou principal para definição de uma política pública local de saneamento, mesmo que esse município esteja sob concessão de uma companhia estadual, ou tudo mais, na realidade a discussão é local sobre a atividade de planejamento através dos planos. A titularidade está em aberto, a Lei fala que é daquele que exerce a titularidade, mas basicamente se você fizer uma análise da Lei ela acaba sempre conduzindo para o município como titular, e existe inclusive demanda para o Superior Tribunal questionando a titularidade, se você pega os pareceres ou opiniões de ministros todos caminha para a situação que o município é o titular, com política ou interesse de serviço local, e se é local o titular é o município. A regulação e a fiscalização na questão da cadeia industrial ainda é a união, na questão da defesa da concorrência, na legislação toda de proteção ao consumidor, e do ponto de vista do serviço público a regulação e a fiscalização compete ao titular. Se o município é autônomo ele exerce e tem o planejamento, gestão e execução dos serviços dentro do município, é dispensado a ele a criação de uma instância de regulação e fiscalização, mas a sugestão é que se dê através de algum conselho de poder deliberativo que possa fazer esse papel, e se o município tem serviços concessionados ou privatizados há necessidade da criação de uma instância de regulação e nesse ponto a Lei acaba caminhando em toda a sua regulamentação na figura de Agências reguladoras, que hoje é uma questão muito discutida porque hoje você imaginar constituir agências reguladoras para



cada município no Brasil é uma demanda de custo de operação, e até de qualificação do corpo técnico, que não se justificaria, hoje tem muito mais discussão de que os instrumentos ou as instituições vinculadas a regulação e fiscalização deveriam ocupar mais a figura de consórcios, se filiarem vamos dizer assim, nas Agências reguladoras estaduais, que na realidade é uma reprodução um pouco de querer assegurar o mercado das companhias estaduais, nessa função, e aí entra muito, muito forte a solução de consórcios. Essa operação é do próprio titular, ou de terceiro, que pode ser público, quando é uma companhia estadual ou quando é um consórcio público, ou quando é privado vai para iniciativa privada, e o financiamento continua sendo da união, com recursos ainda do fundo de garantia, do estado, do município, e dos usuários. Só lembrando alguns princípios contidos na Lei, a questão da titularidade municipal embora não esteja explícita está no corpo todo da Lei, a questão do planejamento, é indelegável, mas pode ser executada por alguns titulares consorciados, regulação e fiscalização são delegáveis, como falei, para algum outro órgão, a prestação de serviço também pode ser, o controle social deve assegurar a representação na estância que for criado de conselho, ou mesmo de consórcio, dos titulares, dos órgãos governamentais regulamentados ao setor, dos prestadores de serviços, dos usuários e das entidades técnicas, a sociedade civil que tem a ligação com esse setor e essa política. A questão da sustentabilidade ambiental com a integração dos serviços e a integração do conceito da bacia hidrográfica e integração



principalmente com as políticas de desenvolvimento urbano, de saúde, recursos hídricos e meio ambiente.

Uma questão daquilo que usamos como referência, ainda tem um documento grande que deve sair este ano, está em versão preliminar do ministério das cidades, do panorama do saneamento básico no Brasil, com 7 cadernos, um deles tem o tema da questão metropolitana, da Rosa Moura e do Leandro, de Curitiba, bastante interessante, e acredito que o ministério deve disponibilizar ainda este ano, e tem também um documento que acho muito interessante do Ipea, do Alexandre Santos Cunha, tratando exatamente das possibilidades do desenho institucional e do desafio federativo para as políticas de saneamento fazendo muito essa análise da questão da atividade produtiva vinculado com a questão do serviço público.

Para fechar, acredito que nessa área, principalmente no que diz respeito à questão das configurações metropolitanas, de região de conurbação, não acredito que tenha alguma receita própria para isso, acho que estamos aprendendo muito, não só na área de saneamento, na de habitação, de mobilidade, existem algumas experiências em nível de consórcio, como do consórcio do Grande ABC embora não seja da totalidade da região metropolitana, mas de uma região muito significativa, é muito interessante conhecer aquela experiência, e acho que uma coisa que falta no debate é de conhecer experiências locais de gestão, e também entender por que alguns



municípios conseguem sobressair na questão da gestão do saneamento básico no Brasil e outros não conseguem, onde tem esse diferencial, ou gargalos, e não só a preocupação que a Maria Lucia colocou de tentar entender a decisão local que casa com uma política mais nacional, e acho que também de um pouco do que o Benedito falou naquilo que ele coloca na política de segurança de ter uma mão forte, ou uma vontade política muito forte do gestor local, que a estrutura pública está sempre vinculada direta ao gabinete na figura do prefeito, e acho que esse sucesso ou insucesso acontece a nível local, e tentar acho que encontrar uma solução para isso. Acredito muito ainda na questão de qualificação, de investimento em informação, e do debate político disso, por isso acho que a iniciativa da Fundação João Mangabeira em promover esse debate para que faça parte de uma proposta política de um partido político talvez seja um caminho muito interessante e depois fazer com que seus gestores cumpram o que o partido está determinando, e acho que principalmente estar aberto a novas ideias de gestão, de formação de outras instituições que contemplem tanto os municípios como o estado, sempre com uma garantia de participação de todos os atores na definição desse novo desenho institucional e dessa nova maneira de entender a gestão, e acho que isso não vale só para a questão do saneamento, acho que vale para todas as outras políticas que têm um peso ou um significado muito grande na questão metropolitana.



Carlos Siqueira-Só para dizer que o Eduardo aplicou nos três primeiros anos bem mais do que nos governos anteriores, é um dos grandes investimentos do estado, mas faltam projetos, é isso mesmo.

Cooperação interfederativa e as regiões metropolitanas

Patrícia Laczynski

Boa tarde. Quero agradecer formalmente ao convite do Sinoel, a Fundação João Mangabeira. Para mim é um prazer participar do debate.

Queria falar um pouquinho da minha experiência, estou acabando meu doutorado em administração pública, mas trabalhei 7 anos em governo local, na prefeitura de Santo André, e minha tese tem a ver com a região metropolitana mas do ponto de vista da gestão pública não do saneamento e nem da habitação ou da mobilidade, enfim, é interessante porque entrei na FGV-Fundação Getúlio Vargas para fazer o doutorado em 2008, estou acabando agora, e quando entrei para fazer o doutorado a questão da região metropolitana dentro da gestão pública ainda era pouco falada mas nesses últimos anos muita gente que ingressou para discutir a gestão metropolitana e planejamento regional, até formamos um grupo de estudo dentro da FGV, com gente fazendo dissertação e tese, e olhando também para o campo prático, muita discussão tem sido gerada no segmento do estado, em MG tem muita discussão a respeito da gestão metropolitana, em São Paulo uma a nova Lei da



gestão metropolitana, então é um assunto que voltou, que estava muito parado, e está voltando acho que com uma força muito grande, então acho que essa mesa e já é um sinal da volta a dessa força para discutir as regiões metropolitanas.

Vou falar um pouquinho sobre as regiões metropolitanas do Brasil, vou trazer alguns casos internacionais para ilustrar, vou falar também sobre consórcios, do que tem sido discutido muito também nas regiões metropolitanas, trazendo alguns casos de consórcios que nasceram de baixo para cima, entre aspas, outros de cima para baixo, para ilustrar um pouco essa discussão que tem sido falada hoje da relação entre o poder nacional e o municipal, na esfera nacional, estadual e municipal, enfim discutindo um pouco isso a partir até de exemplos práticos, fechando com a região metropolitana de São Paulo, mostrando um pouco dessa região.

Falando um pouco sobre as regiões metropolitanas do Brasil, as primeiras foram criadas por Lei no regime militar em 1973. Oito regiões metropolitanas foram criadas no entorno das capitais, em 1974 a região metropolitana do Rio de Janeiro. Suas atribuições legais são basicamente: planejamento, integrado ao desenvolvimento econômico-social, saneamento básico, o uso do solo metropolitano, transporte e sistema viário, produção e distribuição de gás combustível canalizado, aproveitamento de recursos hídricos e controle da poluição ambiental. Em 88 com a Constituição federal a competência da



criação de regiões metropolitanas deixa de ser da união e passa a ser dos estados e a partir daí muitas regiões foram criadas, algumas foram extintas, outras recriadas e hoje temos instituídas por Lei me parece que 35 regiões metropolitanas, mas como muda muito, Santa Catarina por exemplo foi um estado que criou várias, depois extinguiu todas e agora recriou todas, então não conseguimos acompanhar, mas nem todas se olharmos de perto, como foi falado, tem estudo do IBGE que mostram 15 regiões metropolitanas porque nem todas têm de fato as características de regiões metropolitanas, mas trago uma pergunta: quando falamos em metrópole, metropolitano, o que vem à mente? Assim, por um lado podemos pensar que são os grandes centros culturais, São Paulo por exemplo é um grande centro cultural, onde tem cultura, opções, onde conseguimos discutir teatro, literatura, cinema, enfim, por outro lado outra coisa que vem à cabeça quando falamos em metrópole é a violência, estávamos discutindo aqui a segurança pública, se pegarmos por exemplo o jornal O Estado de São Paulo, tem um caderno chamado Metrópole, e se olharmos todo dia esse caderno é só violência, quase que um caderno Policial, e outra coisa também que vem à cabeça quando falamos em metrópole é a pobreza, então são os significados que trazemos para a palavra, é importante discutir isso talvez para pensar quando discutimos região metropolitana. O Peter, meu orientador, um psicólogo social, professor da FGV, tem um texto que fala que o termo metrópole está muito ligado à questão de poder hierarquia, principalmente em países latinos, Portugal



metrópole e a colônia o Brasil, em relação de subordinação, a igreja católica trata a cúria metropolitana da igreja, tem relação de hierarquia forte e se pensarmos nas primeiras regiões metropolitanas criadas, e muitas outras, existe hierarquia já no nome, região metropolitana de São Paulo, os outros municípios abaixam a cabeça para São Paulo, região metropolitana de Curitiba, e até contrapõe, os consórcios por exemplo, vamos falar um pouquinho disso, muitas vezes é nome de região, ou até de pássaro, enfim, consórcio do ABC, consórcio Quiriri, vale do Paranapanema, pode ser uma questão pequena mas é simbólica, e já começamos a trazer alguns elementos da dificuldade da gestão metropolitana porque já vem uma carga forte de poder e hierarquia dentro dessa discussão.

Alguns exemplos rápidos das áreas metropolitanas no mundo: Lefrev, um autor francês fala trazendo um exemplo muito forte falando que no mundo inteiro é uma dificuldade muito grande, não só no Brasil, de conseguir pensar no território metropolitanos como uma instituição de poder, enfim, dizendo que hoje a literatura traz as grandes cidades como novo contraponto de poder econômico, inclusive, não estamos mais falando de França, Inglaterra, mas de Londres, Paris, Nova York, das grandes cidades, metrópoles, mas por outro lado quando líamos isso de perto existe uma dificuldade tão grande na gestão desse território e aí ele traz vários argumentos e várias discussões do porque, o Geron, que viria hoje, também traz vários casos de regiões metropolitanas da



Europa e do mundo, e vou pegar um pouco desses dois textos como exemplo para ilustrar, mas queria também antes falar que é assim, são exemplos que podem dar base para pensarmos mas não conseguimos copiar simplesmente, é só para trazer alguns elementos para discutir um pouco. Na Espanha a comunidade autônoma madrileña, o Geron fala que é um exemplo forte de gestão metropolitana porque a área administrativa coincide com a institucional, que é a mesma área da região metropolitana, então existe um governo na mesma área metropolitana e essa coincidência gerou vários resultados interessantes, principalmente na área de transportes, com o metrô, mas de um tempo para cá o prefeito de Madri tem reivindicado espaço maior de poder dentro dessa comunidade autônoma e tem gerado um pouco de conflito e duplicação de iniciativas. Na Inglaterra, país com uma tradição muito centralizadora, existia o conselho da Grande Londres, que foi criado na gestão do partido trabalhista na década de 60 mas foi extinto pelo governo Thatcher e depois na década de 90 o setor privado reivindicou de novo uma criação de uma instituição mais metropolitana e foi gerada a autoridade da Grande Londres. Como é um país unitário o poder central, nacional, acaba criando e extinguindo do mesmo jeito que foi feito em Santa Catarina. Na França o Geron traz esse exemplo nessa região onde tinha muita disparidade entre a metropolitana, um processo de reestruturação produtiva, a cidade estava em declínio econômico, social, não conseguiam se entender, existiam muitos conflitos entre as cidades mas a partir de um incentivo do governo nacional,



incentivos financeiros, essa região conseguiu criar um tipo de consórcio e ai parece que os próprios prefeitos começaram a se conscientizar dessa importância de se juntarem, trabalhando juntos. No Canadá tem o exemplo de Toronto, de Montreal. Em Toronto sempre existiu uma rivalidade entre a esfera provincial que seria a estadual e a cidade metropolitana mas de alguma forma essa relação foi sinérgica até o momento, em 98 que as cidades metropolitanas todas foram unidas, juntadas, e são substituídas por uma instituição metropolitana única, que foi mais ou menos o caso de Montreal também que em 2001 juntaram 28 municípios da área, só que aí o processo não foi muito equilibrado porque enquanto em 2001, 28 municípios foram forçados a se unir, em 2004 criaram aplicando um referendo, e foram criadas 15 cidades de novo, não sei como está hoje, mas enfim, são altos e baixos, em uma tentativa de criar um governo metropolitano. Começamos a pensar que já cria um conflito, uma contrapartida, o poder das cidades de um lado, e por outro lado pensar em um governo metropolitano que não mais será provincial ou estadual nesse impasse, do mesmo jeito enquanto por exemplo o Geron fala que o caso de Madri era um modelo forte porque as duas áreas, tanto a administrativa, como a institucional, estava na mesma área, ele fala que nos EUA é o modelo mais frágil de gestão porque os municípios tem muito poder, muita autonomia, e você não consegue criar uma instituição metropolitana, e os municípios acabam tendo força, é o modelo mais fragmentado. Fala que Nova York tem 3 estados, 31 condados, 800 municípios e mais de 1000 distritos



específicos voltados para provisão de serviços setoriais de interesse comum, porque nos EUA é muito complicado, difícil de entender, para pensar na educação por exemplo cada município tem autonomia na educação, na saúde já é um pouco diferente, cada tema tem uma instituição diferente para discutir um desenho diferente e chegam nesses 1000 distritos específicos, cada distrito para um tema. Também traz esse vale na Alemanha que teve um processo de reestruturação produtiva, estava em uma fase de muita degradação e de contaminação do rio, do solo, com baixa qualidade de vida, e foi criada uma instituição chamada Exposição Internacional de Projetos de Construção para esse rio, em uma organização que chamam de flexível e ágil, talvez menos estatal, então tinha flexibilidade, tinha participação do governo do estado, dos governos municipais, sindicato de trabalhadores, empresas e entidade da sociedade civil, e foi criada para durar 10 anos. Teve um sucesso muito forte, com mais de 120 programas voltados para recuperação ambiental, socioeconômica e urbanística, mas como é a Alemanha acabaram os 10 anos e acabou a organização, e ninguém discutiu a continuidade do planejamento territorial. Na África do Sul também tinha um debate entre dois partidos, o partido do congresso nacional africano, favorável ao arranjo metropolitano forte prevendo arranjo das cidades metropolitanas em apenas um arranjo só, e por outro lado o partido nacional africano era a favor de um arranjo metropolitano mais fraco com estruturas municipais fortes, porque preservaria a hegemonia branca em algumas pequenas cidades afluentes do subúrbio.



Nesse sentido a direita, vamos falar assim, estava mais a favor de um modelo mais fragmentado para poder manter a autonomia de algumas cidades do subúrbio onde tinha mais riqueza. O centro é mais pobre e o subúrbio mais rico. Foi criada uma estrutura metropolitana federativa com uma agência metropolitana relativamente fraca e cidades fortes, e a Lei de 98 substituiu o arranjo federativo pelo modelo de uma única cidade metropolitana, também essa discussão do poder das cidades de um arranjo mais centralizado. Na Austrália também a mesma coisa, as cidades capitais dos estados formam um distrito estatístico que na verdade são as áreas metropolitanas, tem outras áreas metropolitanas que não são acionados pelas capitais, há ausência de instituições para a governança metropolitana, então tem cidades, tem o estado, não tem uma instituição metropolitana. As cidades não têm autonomia no Brasil mas acabou tendo poder e o estado parece que tem um vácuo porque é o responsável mas só consegue trabalhar a partir de um planejamento estratégico e não consegue na verdade executar, então fica esse conflito entre os estados e as cidades, e acaba tendo esse vácuo na gestão metropolitana. O Lefrev traz também o caso de Turim e Barcelona, sendo bem rápida, ele fala que são os dois modelos na Europa que mais desenvolveram esse processo de metropolização. Por exemplo em Turim na Itália, criou-se uma assembleia com 123 membros representando as coletividades locais, que podemos falar que são os municípios, governos locais, empresas, associações, câmara de comércio, universidades, centro de pesquisa, agência de desenvolvimento,



sociedades intermunicipais, intercomunais, sindicatos, bancos e meios culturais. Com uma grande participação não só dos governos mas também da sociedade civil, seja empresarial, seja da sociedade civil organizada, e aí tem um comitê de organização com 10 membros, presidido pelo prefeito da cidade, sempre, Turim, na importância que a cidade tem nesse processo todo. Barcelona é mais ou menos igual, criou-se uma assembleia geral com 300 membros, também reúnem coletividades locais, estruturas intercomunais, associações, universidades, bancos, etc, etc, presidida pelo prefeito da cidade sempre, o prefeito de Barcelona, e com uma comissão executiva de 30 pessoas que dirige um certo número de comitês e de conselhos. No caso de Turim o comitê de coordenação é presidido pelo prefeito de Turim e pelo presidente da província. São dois exemplos onde ele mostra que mais têm essa participação, enfim esse processo mesmo participativo.

Voltando ao Brasil, assim como o Lefrev fala que na Europa e em outros lugares do mundo temos uma dificuldade muito grande de pensar nas regiões metropolitanas, e em uma gestão de regiões metropolitanas. A maioria das regiões metropolitanas estão ainda preocupadas com esses temas ligados a infraestrutura, se você olhar nas Leis das regiões metropolitanas você vai ver que as preocupações são para o transporte, trânsito, água, lixo, planejamento, urbanismo, desenvolvimento econômico, e herdado muito da primeira Lei da gestão metropolitana, mesmo passando a competência da união para os



estados continua o mesmo processo, não teve uma reflexão para pensar, enfim, a partir daí. Todas elas, quase, tem uma agência metropolitana, criada pelo governo do estado, mas muito pouco implementada, então ainda está muito na esfera do planejamento. Pegando um texto do Peter, do Marco Antônio Teixeira e Roberto Clemente, fazem um levantamento entrando em contato com várias regiões metropolitanas, com o resultado que as regiões metropolitanas, eles estavam preocupados com a administração, a governança e governo, como se encaixam nessa questão. Governo, nenhum é. Não temos isso no Brasil para as regiões metropolitanas. A extensão da governança na prática é restrita tanto em relações às ações quanto em relação ao acesso, e o mais forte é a governança que é a relação entre os diferentes níveis de governo, a sociedade civil, enfim, mas ainda muito restrita, tanto na questão das ações como ao acesso. Ainda muito voltada para o executivo. O legislativo é ainda muito pouco atuante nessa questão das regiões metropolitanas, embora algumas experiências estão começando a trazer, não só vereadores como deputados dos municípios, também, para discutir, e também é muito restrito ao planejamento mesmo, a execução ainda é fraca. Algumas discussões do por que acabamos tendo essas dificuldades de gestão nas regiões metropolitanas, muita gente fala que é a herança do governo militar, quando chegou a Constituição de 88 ninguém mais queria discutir região metropolitana, estávamos vivendo um processo de democracia no Brasil e não queríamos discutir uma coisa que era herança do regime militar, então ficou



esse tempo, e ao mesmo tempo os municípios estavam obtendo muita autonomia com a Constituição, então vivemos um processo de municipalismo e não regionalismo, porque pensar em cooperação intermunicipal significa a ausência de poder que o município acabou de conquistar, então ninguém discutia isso. Os próprios incentivos municipais são direcionados aos municípios, por exemplo na área social os municípios assumiram muitas responsabilidades, muita competência, e aí fortaleceu seu poder como município, a própria Lei de responsabilidade fiscal também acaba se voltando para a gestão fiscal municipal e o prefeito está preocupado com sua gestão nos seus limites geográficos, discute-se hoje a questão do estatuto das cidades, do plano diretor, e agora está começando a discussão do plano diretor metropolitano, mas o tempo todo da discussão do estatuto da cidade era das cidades, dos municípios, não estava sendo discutido a região metropolitana. Outra questão que muitos autores trazem também é da disputa política. Geralmente o governador e o prefeito da principal cidade disputam, ou a próxima eleição para governador, para presidente, enfim, existe uma disputa política que na verdade acaba dificultando essa cooperação metropolitana. Outra discussão também é da falta da identidade que a população tem em relação a região metropolitana onde vive e o próprio Lefrev no seu texto fala em vários outros países, estamos falando do Brasil, fala que a população sempre está preocupada com seu local, seu bairro, e quando se cria um instrumento de participação as pessoas discutem sua rua, sua escola, seu posto



de saúde, seu bairro, e não conseguem discutir a cidade, e quanto mais a região, e aí a própria questão da falta de identificação, de identidade com a região, que é por exemplo diferente na região do Grande ABC onde as pessoas têm essa identidade, de toda a região do ABC, que muitos autores trazem quando estão discutindo o consórcio do ABC. Trouxe para ilustrar também alguns exemplos de regiões metropolitanas do Brasil, por exemplo a da baixada santista, que tem avançado nas discussões, com uma agência forte, e é interessante pensar que o nome dela não é região metropolitana de Santos, naquela ideia do nome. Começou com prefeitos que se juntaram em 1980 e pouco, escrevendo uma carta da baixada santista entregando para o governo do estado, teve um fator importante porque o Mário Covas foi governador de São Paulo e era de Santos e tudo acabou impulsionando a criação da região metropolitana da baixada santista. São 9 municípios que fazem parte e tem uma agência de desenvolvimento responsável pela organização, planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum. Estabeleceram metas, planos programas e projetos também. Existe um fundo metropolitano de desenvolvimento da baixada santista para financiar e investir nos programas, estudos obras e projetos, que têm recurso de 50% dos municípios e 50% do governo do estado, além de poder também fazer outros tipos de convênios com alguns outros recursos. Existe o conselho de desenvolvimento da baixada santista com 18 membros, 9 representando cada município e 9 que vem do governo do estado, para deliberar acerca dos serviços públicos de interesse



comum. A maioria das políticas da agência está na área de transporte, sistema viário, saneamento básico, meio ambiente e atendimento social, e não tem representação nem da sociedade civil nem dos legislativos municipais. A região metropolitana de Campinas são 19 municípios e a estrutura de gestão se desenvolveu a partir de 2003 com estrutura muito semelhante à baixada santista e, com uma agência com o objetivo também de organizar, planejar e executar as funções públicas, as políticas. Tem um fundo de desenvolvimento da região metropolitana de Campinas que também tem recursos dos municípios do governo do estado, além da possibilidade de fazer convênios, e tem o conselho de desenvolvimento com 38 membros, 19 dos municípios e 19 do governo do estado, e é o conselho que define os serviços públicos de interesse comum e quais são os objetivos, metas e prioridades da região, e de novo não tem representação nem da sociedade civil nem dos legislativos nessa estrutura. Na região metropolitana de Recife são 14 municípios, tem o conselho de desenvolvimento, com 28 membros, 14 membros dos municípios e 14 membros do estado, com função deliberativa, mas nesse conselho já tem um parlamentar de cada legislativo municipal e deputados estaduais que podem exercer a função consultiva, não há participação da sociedade civil. Tem fundo de desenvolvimento. Em 2008 foi criado o consórcio de transporte do Grande Recife. Na região metropolitana de Belo Horizonte também teve reestruturação em 2006 onde foi criada a Agência de desenvolvimento com funções de planejamento, assessoramento, regulação urbana, viabilização de



instrumentos de desenvolvimento, e a reestruturação teve uma forte discussão entre o nível estadual e municipal, e também participaram dessa discussão as universidades, vereadores, deputados, enfim, foi aberto para outros atores que não só os governos. O conselho deliberativo é interessante porque tem 5 indicados pelo governo do estado, 2 deputados estaduais, 7 representantes dos municípios sendo 2 de Belo Horizonte, 1 de contagem 1 de Betim e 3 dos demais outros municípios e 2 representantes de organizações da sociedade civil, então tem peso de acordo com o tamanho da população. Tem também uma assembleia metropolitana, que na verdade já existia, mantendo 1 representante de cada município, do governo do estado mas com função reduzida com a criação desse conselho deliberativo, e tem um fundo de desenvolvimento metropolitano. A região metropolitana da Grande Vitória tem uma Fundação, o Instituto Jones dos Santos Neves, uma autarquia estadual que na verdade está executando as políticas metropolitanas com uma gestão muito ligada ao governo do estado, tem um conselho metropolitano onde também fazem parte as prefeituras, não só o governo do estado, e também com a participação da sociedade civil organizada, e tem o fundo de desenvolvimento da Grande Vitória. Porto Alegre também é muito ligada à Secretaria estadual, ao governo do estado.

Sobre os consórcios, a discussão sobre os consórcios nas regiões metropolitanas tem crescido, se por um lado temos regiões metropolitanas



que são impostas ou pela união, ou pelo estado, e os municípios não têm escolha se são chamado para participar de uma região metropolitana, ele não pode falar que não quer participar, mas os consórcios são experiências que nascem de baixo para cima, com a iniciativa dos prefeitos, no momento em que os prefeitos percebem que podem confiar mutuamente entre eles, resolvendo os problemas comuns, se juntam para criar um consórcio. Então os consórcios são os exemplos. Claro que tem dificuldade, limites, e olhando os consórcios de perto vamos perceber que ainda tem muito para avançar, mas os consórcios, principalmente os antigos, os anteriores, mostram essa capacidade de cooperação, então ficamos com essa pergunta, por que a região metropolitana tem tanta dificuldade e ao mesmo tempo conseguimos ter um arranjo muitas vezes informal, e acaba dando resultados ? Acho que isso traz elementos para a discussão. Os consórcios, o Benedito falou um pouquinho, em 2005 teve a Lei que regulamentou os consórcios, hoje eles podem ser consórcios públicos, e isso ajudou em muito os consórcios mas por outro lado acaba às vezes também engessando um pouco essas iniciativas deixando de ser tão de baixo para cima, por exemplo acabamos tendo o consórcio intermunicipal de produção para abastecimento que fica na região de São Luís, Maranhão, abrangendo outros municípios que não são da região metropolitana, mas foi o consórcio com a iniciativa do Secretário de agricultura do ex-prefeito Jackson Lago, que se tornou governador, e faleceu esse ano, mas ele, na verdade estava tentando reestruturar a região metropolitana de



São Luís quando do seu primeiro mandato, e não estava dando certo porque havia muita competição mesmo entre os prefeitos dos municípios, mas o Secretário de agricultura conseguiu articular com os outros municípios o consórcio para área de agricultura porque toda a base da discussão foi como podiam trabalhar juntos para resolverem os problemas comuns, porque o Maranhão importava produtos do sul, verduras, frutas, enfim, tudo, sendo que ela tinha um monte de agricultores passando fome, e começaram a pensar em como se desenvolverem normalmente. Esse consórcio hoje está muito fraco porque também não conseguiu se transformar em um consórcio público, e a partir do momento que a prefeitura de São Luís perdeu o interesse pelo consórcio, acabou enfraquecendo muito, porque a maior parte dos recursos financeiros vinham dessa prefeitura, e o governo do estado nunca interferiu e influenciou muito, nunca financiou o consórcio, e acabou que seu grande sucesso veio como uma iniciativa que foi informal, de baixo para cima, mas sua grande crise acaba sendo ela mesma, nessa questão da informalidade, enfim acaba se perdendo. Temos outro exemplo interessante que a do consórcio de Recife, de transportes, o Grande Recife consórcio de transporte. Teve a Lei de consórcios em 2005, o Decreto para regulamentar em 2007 e o governo do estado do Recife veio teve a ideia de criar um consórcio de transporte na região metropolitana abrangendo todos aqueles municípios. Uma colega minha fez dissertação sobre consórcios e ela fala que foi um alinhamento estelar por que a união, estado e município, os três Politicamente estavam na mesma

linha, PT-PSB-PT, e conseguiram criar o consórcio, mas veio da iniciativa do governo do estado, Recife apoiou completamente, e está criado, mas ainda existe resistência de municípios para participarem, então são dois tipos de arranjos onde você vê as diferenças. Existem outros arranjos que não só dos consórcios. Tem consórcios interestaduais, arranjos que vem da própria sociedade civil, existe um na Chapada Diamantina da Bahia, um instituto, Chapada de educação e pesquisa, que tem participação da sociedade civil, de empresas e governos municipais também. Temos arranjos com coordenação da união, territórios rurais, territórios da cidadania, Regiões integradas de desenvolvimento-RIDES envolvendo união-estado-municípios, temos três delas, temos os Comitês de bacia hidrográfica, as associações governamentais, as associações municipalistas como a Frente nacional de prefeitos, confederação nacional de municípios, associação brasileira de municípios, associações estaduais de municípios, que são muito fortes no sul, principalmente, associações setoriais, a união nacional dos dirigentes municipais de educação, são arranjos que podemos pensar para discutir esse arranjo da cooperação interfederativa mas acabamos ressaltando mais os consórcios porque são em maior número, e são os casos de sucesso também, que podem ilustrar bem essa discussão.

Para encerrar vou falar um pouco da região metropolitana de São Paulo por conta dessa nova Lei. Trouxe esse quadro para mostrar que até 1950 São Paulo

nem aparecia, um pouco naquela linha de quanto foi a urbanização no Brasil, e São Paulo é a quarta região metropolitana em termos de habitantes, e agora em 16 de junho de 2011 o governador Geraldo Alckmin sancionou a nova Lei da região metropolitana de São Paulo. Essa apresentação é do site da Emplasa, responsável pela gestão das regiões metropolitanas. Quero mostrar esse mapa. A Lei muda o nome de região metropolitana da Grande São Paulo para região metropolitana de São Paulo, parece que vai na contramão do que acabamos de falar, pelo menos antes era a Grande São Paulo e agora ficou, São Paulo, para começar, foi a primeira coisa. Não tive discussão com outras pessoas, minha pesquisa foi feita por documentos. Temos o conselho de desenvolvimento regional com 39 cidades, a Agência metropolitana e o fundo de desenvolvimento metropolitano, na mesma ideia que tem a baixada santista e Campinas, e que já tinha também, o conselho é o responsável pelos planos, projetos e programas que vão ser executados com os recursos do fundo, e as áreas de atuação ficam para planejamento e uso do solo, transporte, sistema viário regional, habitação, saneamento, meio ambiente, desenvolvimento econômico e atendimento social. Também tem as câmaras temáticas e as câmaras temáticas especiais, as primeiras para tratar de temas específicos e as segundas ligadas nessas regiões que temos o colorido, que já vou falar. Para 5 subregiões, porque a Lei divide a região metropolitana em 5: leste, norte, sudeste onde está o consórcio do ABC, sudoeste e a oeste, e a capital integra todas subregiões. Terá um conselho consultivo instituído em cada subregional



composto por membros da sociedade civil organizada, o poder legislativo dos municípios que integram a região, deputados estaduais, e a secretaria de desenvolvimento metropolitano que vai representar o governo do estado. O fundo de desenvolvimento é responsável por dar suporte, e a agência. Quando saiu a nova Lei, o governador falou que a primeira coisa que vai ser discutida é o bilhete único metropolitano, isso já está em andamento. Eu queria mostrar nesse mapa que além de olhar como está organizado, o interesse é que essa é a região leste, e aqui foi inaugurado no ano passado o consórcio de desenvolvimento do Alto Tietê-COMDEMAT, são os mesmos municípios, o amarelo é o ABC, marrom, tirando Cotia e Vargem Grande é o CONISUD-Consórcio intermunicipal da região sudoeste da Grande São Paulo, e assim, a maioria dos municípios da Grande São Paulo, tirando São Paulo, participam de algum consórcio, mas tem 3 que vão se configurando como consórcios dentro da região metropolitana de São Paulo, e aí vem o governo do estado que lança uma Lei que tem coincidentemente as 5 subregiões, e 3 delas são de consórcio, portanto fica a discussão de qual será o futuro da região metropolitana de São Paulo, vai ser uma gestão mais ligada ao estado ou os consórcios vão conseguir de alguma forma desempenhar um papel ativo enquanto representante dos municípios?

Com essas reflexões, não existe um modelo único, não vamos defender um modelo, cada região tem um contexto, então em Recife tem um consórcio que



abrange todos municípios, podemos ter uma região como São Paulo que tem 3 consórcios que estão se constituindo, alguns mais fortes, alguns mais novos, mas se constituindo como consórcios representando parte dessa região até para poder discutir com a capital, que é muito grande, e poderosa, no sentido de orçamento, número de habitantes, então é difícil, não tem um modelo ideal, podemos pensar em arranjos de cima para baixo, de baixo para cima, modelos que estão além das regiões metropolitanas, supra, além dos municípios, intermunicipais, podemos tratar da discussão a partir do setorial e territorial, que é um pouco aquela ideia acho que o Benedito também falou pensando também em políticas interdisciplinares e o papel da capital nesses arranjos, da cidade de mais destaque, do estado. Acho que essas são algumas discussões que podemos trazer e deixei a bibliografia disponível, já eletrônica também.

Sinoel

A ideia agora é fazermos duas prosas. A Carô tem uma experiência que nos parece muito interessante pelo eixo da sociedade civil fazendo um debate sobre cidades sustentáveis, então gostaria que ela fizesse um pequeno relato dessa experiência da rede de cidade sustentáveis e como o tema da articulação metropolitana está inserido, ou se não está, e em seguida começamos o debate dos temas principais.

Marcelo Peron - Quanta Consultoria

Como estamos pensando em organizar um texto digital sobre essa matéria, para poder maximizar os conhecimentos sobre o tema, para quem fez as palestras e puder nos enviar referências em meio digital, e que esteja em domínio público porque não posso usar texto que não seja de domínio público, também porque a Fundação está envolvida, então que possam disponibilizar em meio digital, gostaria que nos encaminhassem.

No site do ministério das cidades, na relação de mobilidade tem vários cadernos do Brasil acessível, inclusive um deles, que queria destacar, caderno de boas práticas em acessibilidade, que foi uma chamada do ministério das cidades em 2006 onde se inscreveram 21 licitações públicas, lógico que a responsabilidade da prática da gestão municipal, no entanto tem uma diversidade muito grande de experiências, e até fizeram 4 categorias: infraestrutura de intervenção mais no espaço urbano, legislação e programas municipais em termos de acessibilidade, transporte acessível e inovação tecnológica. É interessante você verificar quais são essas administrações municipais, e inclusive fui verificar porque Curitiba não estava nessa chamada mas no entanto tem essa experiência, e outras fizeram experiências por exemplo de projetos de intervenção urbana que também são interessantes naquele conceito mais ampliado de mobilidade. Lógico que os outros cadernos já tem toda a política, mas talvez vale a pena.

Marcelo Peron

Como o espaço digital a princípio não tem limite podemos colocar tudo que achamos interessante e pode ser um lugar para apropriação coletiva do conhecimento, e não precisa ser restrita a textos, pode ser videografia, documentários. Agradeceria demais se vocês pudessem colaborar. Na verdade temos a intenção de gravar com vocês pequenas entrevistas, e até não interessa coisa muito grande porque o ambiente é a Internet, e estamos também compondo uma revista que vai ser trimestral dedicada estritamente as políticas públicas e acho que o primeiro grande gancho dessa construção vai ser essa conversa que estamos fazendo hoje.

Sinoel Batista

A ideia da entrevista, é que a fala de vocês vai ser editada e transformada em uma matéria, uma notícia, e na abertura, como é eletrônico, tem a imagem de vocês e quando clica nela inicia a entrevista a ser gravada, como é para internet vai ser uma coisa rápida de 2-3 minutos.

Ana Carolina Evangelista

A ideia era falar mais rapidamente da experiência que tenho acompanhado mais de perto, em uma exposição propriamente dita. É a plataforma cidades sustentáveis, que surge em um primeiro momento como um menu de práticas, não é de melhores práticas e nem que deve ser replicada ipsis literis, é um

pouco como a Patrícia falou, um olhar para as experiências que estão acontecendo em outras cidades, grandes, pequenas, de todos continentes, com foco no desenvolvimento sustentável, e ver como isso pode auxiliar na gestão pública.

Muito rapidamente, é importante localizar como surge a plataforma. A iniciativa da sociedade civil surgiu no contexto dos movimentos de cidade que são movimentos que começam a se estruturar, porque a gente se preocupa com o bairro, não se preocupa com a cidade, e muito menos com a região metropolitana, e a discussão da região metropolitana aqui não está colocada, é bom ficar claro, ainda não está colocada, o foco é a cidade. Esses movimentos surgem muito inspirados pela experiência de Bogotá, que é um marco, não tem muito como negar, desde o começo dos anos 2000, por volta de 2001 se não me engano, mas já sendo estruturado lá atrás, e em outras cidades da América Latina, e do Brasil, quando a sociedade civil começou a se estruturar a partir do que na verdade é uma lógica, não é novo, a sociedade civil não se mobiliza na cidade só a partir de agora, isso tem muito tempo, mas começa a se estruturar a partir desse movimento com foco na participação e na incidência a partir da sistematização de indicadores sobre as cidades. Temos na América Latina toda, tem o exemplo de São Paulo, especificamente a Rede de São Paulo que coordenou a sua plataforma, porque estou falando primeiro dos antecedentes para depois chegar na plataforma. Começou a partir de Bogotá, não sei se



posso dizer que é a primeira experiência, possivelmente, e hoje falamos de aproximadamente 50 experiências nesse perfil que temos na América Latina e agora no final de agosto teremos o Encontro da Rede Latinoamericana desse movimento, em Salvador, e do Brasil estamos falando de mais ou menos 30 movimentos estruturados assim, com foco na participação, do contexto social e da participação, e sistematização de indicadores sobre a cidade aliados a pesquisa de percepção do cidadão, porque temos a percepção de que não adianta só acompanharmos a gestão pública e interagir com ela a partir da sistematização de indicadores, a gente pode muito bem dizer, bom, educação, habitação, a cidade tem esses indicadores, mas como a população está percebendo isso na sua vida? E aí tem os diversos eixos. E o movimento tem tentado aliar a sistematização dos indicadores à pesquisa de percepção. Isso tem um custo para se fazer, é bom isso ficar bastante claro, e institutos de pesquisa estão ganhando bastante dinheiro com essa iniciativa. Desses 30 quase todos têm esses indicadores sistematizados em alguma medida, e desses 6 a 10 tem realizado pesquisas de percepção. O desafio, até porque se constitui na Rede brasileira de cidades e a Rede latinoamericana, é que possa existir cooperação entre os movimentos para que não tenhamos que repetir o que já foi feito, contratar consultores e institutos de pesquisa para uma metodologia já desenhada, então esses movimentos estão em um momento de maior cooperação, porque estamos falando de movimentos que acontecem desde cidades pequenas como Tibal do Sul, Ilhabela, como em São Paulo e Rio de



Janeiro, Salvador, etc. Bogotá tem um modelo, Bogotá Como Vamos, e tem alguns movimentos que se chamam "Nossa", como Nossa São Paulo, Nossa Salvador. E tem uma discussão sobre a metodologia, algumas de abordagens são diferentes, acho que não vale entrarmos nessa discussão, se alguns são mais técnicos outros promovem mais a participação e mobilização. Existe essa discussão. A plataforma cidades sustentáveis surge nesse contexto por iniciativa do Nossa São Paulo, que agora se chama Rede Nossa São Paulo, um pouco, segundo o relato deles, para sistematizar as experiências que estavam acontecendo no mundo todo, para ter esse repertório, dizendo que é possível a partir desses diferentes eixos, do local-global, na saúde, na mobilidade, consumo responsável, enfim, é possível a partir desses diferentes eixos incorporar e ter políticas públicas concretas. Alguns dizem que a experiência só é possível na Dinamarca, ou em municípios com poucos habitantes, então isso que se constitui como um banco de práticas sistematiza experiências desde municípios menores, e até eles não são tão menores assim, porque são a partir de 500.000 habitantes, acho, então esse menor está muito maior do que a realidade, pelo menos da realidade brasileira, enfim, acho que tem essa questão de mapear, e tem as até acima de 10 milhões. Surgiu daí esse banco de boas práticas, que está sendo atualizado, claro, surge primeiro como uma iniciativa do Nossa São Paulo, e tudo em São Paulo é mega, e com uma rede brasileira mesmo. Bom, tem municípios de fato pequenos mesmo, e existe a discussão de que isso também seja mais acessível para aquele município, então



está sendo construída uma atualização a partir da rede em si, e não só a partir do Nossa São Paulo. Esse banco continua, vai ser atualizado, e daí surge, que na verdade vai ser lançado na semana que vem, o que vão começar a chamar de programa cidade sustentável, evoluindo a partir dessas boas práticas e desses eixos, e até aqui tem a parte da carta compromisso. Para isso se transformar em compromisso para gestores públicos locais e já fizeram uma edição disso nas eleições passadas para que candidatos a governador de estado, senadores e deputados, se comprometessem com esses compromissos, a partir desses mesmos eixos, e obviamente os compromissos são um pouco genéricos, porque não tem muito como ser específico para quem está falando de generalidade muito diferentes, mas ao assinar eles se comprometem quando assumirem, nesses eixos da gestão delimitar uma linha de base. Como está o município que ele está assumindo em cada eixo, e definir os indicadores para avançar, e sempre com uma participação da sociedade civil muito forte nesses indicadores, e em cada um desses eixos, para ter acompanhamento. O foco sempre é a sociedade civil acompanhar, não criticar, mas acompanhar e construir junto com a gestão pública o que está acontecendo, então esse banco de boas práticas evoluiu e aqui nesse site não está atualizado, provavelmente como vamos fazer o lançamento na semana que vem ainda vai para esse instrumento de incidência, que agora também, está de forma digital. Os candidatos que assumiriam esse compromisso, e depois os que assumiriam o cargo, vão poder alimentar o relatório online de monitoramento para



prestação de contas desses compromissos, e isso ainda não está aí, mas é o próximo passo. Então acho que era isso, só para falar de uma experiência concreta de iniciativa a partir da sociedade civil. É, isso não tem a ver com o plano de metas, estamos fazendo isso com a sociedade como um todo, na verdade, e claro, especialmente a rede tem se dedicado a monitorar quem fez o compromisso, sempre tem aquilo, se eu ganhar as eleições, por exemplo, o Geraldo Alckmin na eleição passada assinou a carta compromisso, todos candidatos ao governo do estado assinaram, e temos tido diálogo com o governo do estado a partir desses compromissos, é claro, não é feito da maneira como nas cidades onde existe um programa de metas que promovem outras discussões, e se eu não estiver equivocada tem entre 18-20 cidades no Brasil que já tem incorporado nas Leis municipais a obrigação, obrigatoriedade do programa de metas, se não me engano são 180 dias depois de assumir o mandato o prefeito é obrigado a apresentar seu plano de metas, a meta é para o final dos 4 anos, para a gestão toda, e tem esse acompanhamento, e agora tem uma PEC em tramitação para que seja obrigatório para união, estados e municípios. Claro que para as cidades que tem programas de metas esse acompanhamento é mais garantido, mais direto, porque tem uma Lei definindo. A carta compromisso é um pouco mais fluida, e claro que o esforço dos movimentos para cobrar que o governo do estado responda o compromisso da carta é muito mais difícil porque tem outras prioridades, bom, tem o constrangimento público quando de um programa de metas aprovado

por Lei é diferente. Só para separar, não é a mesma coisa.



Debates - tarde

Sinoel Batista

Achei muito interessante que isso é uma coisa que ocorre à margem dos partidos, é um movimento da sociedade civil, que vem com uma lógica e organização que acho ajudaria muito na discussão do tema das metrópoles. A ideia agora é abrirmos para uma rodada de discussões.

Uma observação inicial, para organizarmos a ideia central das inúmeras falas para indicar para a Fundação como essas coisas se articulam em políticas públicas, em seus vários eixos, de modo que possam servir objetivamente para a disputa política. De forma que quanto mais claro for a linguagem do candidato com a população inteira sobre esses temas complexos melhor fica o debate político, porque se todos os candidatos tivessem plataforma enfrentando claramente os problemas os resultados para o aperfeiçoamento da estrutura de gestão do estado brasileiro daria passos significativamente largos em um curto espaço de tempo. Nosso desafio é o que reforçaríamos como recomendação, recomendação política para fortalecer políticas públicas que ajudem na solução dos problemas que envolvem as metrópoles.

Carlos Bachiega

Pegando um pouco de uma coisa que a Patrícia falou que acho muito interessante e que acho identifica muito a grande dificuldade de se constituir e



fazer um modelo de gestão de metrópole, quando fala da questão do que significa metrópole. Vou falar em função de algumas experiências que tenho com comunidades, de projetos como Qual a Cidade Que Queremos, e coisas desse tipo. Se você for em São Lourenço da Serra, um município pequeno da Grande São Paulo, provavelmente a questão de metrópole para eles seja o desenvolvimento, acho que no fundo São Lourenço da Serra quer ser como São Paulo, como Cotia, porque isso no Brasil é muito forte, a metrópole é o símbolo de desenvolvimento, da oportunidade, e isso impede, isso foi uma coisa quase que imposta ou instituída, principalmente nos primeiros anos do processo de urbanização que acabou atraindo e sendo o grande elemento de atração interna para as grandes cidades, e acho que essa visão ainda persiste muito, quase que no inconsciente brasileiro, que em termos práticos se você fizesse uma pesquisa por exemplo de regiões metropolitanas em termos de política pública você vai ver que tem investimentos e esforços em nível local, do município, mesmo, em São Lourenço da Serra, eles têm 14.000 habitantes, é um dos menores da região metropolitana de São Paulo, e que faz ação política, investimentos e captação de recursos para políticas de desenvolvimento econômico, criação de oportunidades, geração de empregos e tudo mais, e isso é muito forte nos governos municipais, o desejo de serem metrópoles ou cidades maiores, e de atuarem Politicamente. Quando faço a discussão da metroPolização ou da região metropolitana na realidade tenho que pular desse conceito e inseri-lo no conceito da região metropolitana onde ele passa a ter



outro papel, porque aí cada município tem seu papel específico, ou é cidade dormitório, por exemplo, simplesmente ele tem essa função dentro da estrutura metropolitana, ou é um município para assumir uma característica mais do ponto de vista ambiental porque está em uma região de nascente, de manancial que abastece ou serve essa região metropolitana. Então nessa discussão o município perde, ou deveria perder essa sua autonomia enquanto município, enquanto ser elemento de geração de políticas públicas que propicia o desenvolvimento na totalidade mas ele passa a ter um outro papel em relação a função que desempenha nessa região metropolitana, e quando tenho isso entendo que todos municípios tem o mesmo peso, no que você parte para o sistema de região metropolitana que envolve participação, como na experiência de Belo Horizonte que avançou muito em relação a isso, nesse colegiado na realidade os municípios tem o mesmo peso, cada município desempenhando uma função nessa malha ou dessa nova cidade, que na realidade é a metrópole. Não entendo que os municípios tenham um peso maior ou menor mas têm funções diferentes dentro desse desenho. Se tenho funções que não conseguem, ou não deveriam propiciar um tipo de desenvolvimento, por exemplo porque está na questão ambiental, vai ter que ter um crescimento ou a densidade populacional assegurada ou regulamentada, então preciso ter um instrumento de compensação dentro desse novo desenho institucional da metrópole. No meu entendimento esse é o primeiro debate que deveria existir tentando identificar e fazer com que os



cidadãos desses diferentes municípios dessa região tenham identidade com a função do seu município dentro da região metropolitana. Se não conseguir equacionar isso do ponto de vista político institucional, que o prefeito ou o poder constituído e os cidadãos da terra entendam a função do seu município dentro da região metropolitana de São Paulo, e como estão inseridos, como ter compensação em relação a isso, e tudo mais, acho que não conseguiremos vencer esse grande obstáculo de entender o que é uma região metropolitana. Se não acabamos ficando em soluções do tipo de consórcio, e tudo mais, que acontecem de forma muito setorizada ou então por temas, e em áreas de algumas políticas públicas, e tudo mais, e também não acredito que a solução seja a supressão do município e talvez a criação de uma outra instância governamental que seja essa nova cidade ou região porque isso também é muito assim, se pegarmos a situação do estado de São Paulo, hoje você discute além da região metropolitana de São Paulo a relação dela com a região metropolitana da baixada santista, com a região metropolitana de Campinas, e mais ainda, o que é essa relação com o Rio de Janeiro, através desse eixo do Vale do Paraíba, e tudo mais. Gostaria de colocar se isso é uma preocupação realmente de como fazer valer a identidade de um município com essa realidade metropolitana.

Carlos

Você falou a palavra chave, identidade, porque por exemplo o cidadão dessa



cidadezinha, São Lourenço da Serra, não se sente metroPolitano, se sente de São Lourenço, e por exemplo, de Olinda, com toda essa carga histórica, etc, eu sou de Olinda, o outro é de Jaboatão, o outro de São Lourenço, tudo na mesma região, e é essa mesma dificuldade, nós temos, veja nós políticos, uma vez me perguntaram se eu era do Mercosul, eu estava em Israel, e acharam que eu fosse de algum país do Mercosul, eu respondi instintivamente que era do Brasil, brasileiro. Então essa questão é de identidade cultural.

Carlos Bachiega

Acho que isso é uma coisa possível de ser constituída. Acho que por exemplo na experiência do consórcio do ABC, eles conseguiram, a Patrícia falou do que é o Grande ABC, dessa região toda, da ação do consórcio, seus processos de debates e tudo mais, conseguiram construir essa certa identidade. Você chega para quem mora em Santo André e fala que ele está no Grande ABC não é uma coisa que assusta, já é uma coisa acho que bastante natural. É algo que você consegue construir para caminhar para isso e acho que isso talvez seja o ponto inicial, vencer algumas resistências para depois focar na gestão das políticas públicas para que sejam metropolitanas.

Marcelo Peron

Obviamente não sou um expert em nenhuma dessas disciplinas mas uma coisa que me chama atenção, na questão das metrópoles, tem um elemento que talvez falte. O fato da metrópole ser um lugar cosmopolita, acho que tem uma



reivindicação da participação do patrimônio comum, que é muito maior do que a cidade, e que não sabemos onde termina exatamente. Cidades como Nova York e Paris tem um fascínio porque de alguma forma mobilizam os valores culturais, são excedentes a cultura americana ou a francesa, partindo de algum outro tipo de instância. Por que acho que é importante manter clara essa dimensão? Para aqueles que estão, ou não estão dentro de uma região metropolitana, a reivindicação acho que continua existindo, posso estar em São Lourenço da Serra, Jales ou Jaú, e participo de alguma coisa que excede em muito em minha perspectiva local, assim, é uma questão prática, e acabo aqui, talvez possamos pensar que parte da resolução dos problemas que envolvem a metrópole não estejam na metrópole, seja suprir, ou disseminar, distribuir bens que em princípio só são acessíveis se você ir para a metrópole e lugares que não estão na metrópole, como a política de cultura por exemplo, é um absurdo que eu tenha que vir para São Paulo toda vez que quiser participar de um evento que tem certo significado cultural mais significativo, e isso poderia acontecer em outro lugar. Então assim, mas é só uma perspectiva, acho que poderíamos pensar um pouco nessa dimensão, há um cosmopolitanismo que envolve estar na metrópole, e acho que tem algumas implicações.

Alexandre Amorin

Fico com a pergunta que Sinoel deixou da ideia de ter uma oficina em um grupo de trabalho como este com vários conteúdos para a formação dos



quadros do partido, e depois vai para um espaço de disputa eleitoral em 2012. A primeira ideia é sistematizar todo esse conteúdo, supermatricial, traçar o planejamento e desse planejamento pensar esse planejamento dentro da lógica do saneamento que está hoje na agenda, da agenda verde, meio ambiente, e em um tema que hoje também dialoga com a sociedade, o habitacional, o boom imobiliário, o que dentro disso se passa hoje, onde todo município quer se desenvolver, tem na sua aspiração que quer ser grande, e dentro disso tem um pensamento mais moderno de mobilidade urbana, mas se ele se desenvolve está crescendo também, está criando e deixando espaço para que tenha outras condições na cidade, nesse mesmo território, por exemplo da segurança, como enfrentar a questão da violência e carências desse modelo de desenvolvimento. Uma das alternativas pode ser o município sozinho naquela máxima de que não precisa saber de tudo mas precisa saber quem sabe, pode fazer junto e nessa lógica pensando que esses conteúdos precisam de espaços como esses, precisam ser sistematizados depois através de uma metodologia e passar para os grupos que estão na base formando quadros políticos para uma disputa eleitoral formando esses quadros onde as pessoas tenham conhecimento da coisa pública. Acho que é a primeira reflexão válida, dentro de uma lógica bem local talvez com uma referência nesses marcos conceituais que são discutidos aqui, mas assim, agora no meu pedacinho de terra, sei lá, no interior, como essa questão da mobilidade urbana, saneamento, habitação, se aplica ? Então levando para uma



caracterização local, dentro de ir novamente para uma questão matricial que é o conceito que tratamos aqui, que seja feito com as lentes ou com o olhar do projeto político partidário, o que esse grupo pensa, com aquela demanda da cidade, daquele território. Acho que tem que ter esse marco conceitual, com um projeto político, mas assim, posso ter o melhor marco conceitual, o melhor projeto, mas não está alinhado com a demanda daquela necessidade, daquela realidade local, e aí tudo isso para a disputa do projeto político que estamos fazendo cai por terra, porque quero uma coisa, ganhar a eleição, e preciso disputar com um conjunto de programa de governo ou de propostas que vão de acordo com a necessidade de meu eleitorado. Como processar tudo isso levando para que nosso militante, para o nosso candidato, e para o conjunto que integra essa força política, para que eles absorvam se apropriando desses conceitos com a lógica local dentro de um projeto político para fazer essa disputa ? Creio que essa linha hoje produz uma coisa que falta muito na realidade, assim, são políticos com conhecimento de causa. Acho que essa ideia é legal, agora como baixar em terra é uma preocupação. Acho legal pensarmos em São Paulo, a região metropolitana, o desenvolvimento urbano, mobilidade, etc e etc, mas assim, sou cientista político de formação, vivo essa coisa, respiro essa questão, como fazer isso virar lógica para minha formação na disputa ? Eu provocaria isso nesse grupo, temos todos esses elementos e como agora faço meu colega entender isso.



Simone Polli

Pegando a questão do Marcelo, esse sentimento cosmopolitano tem muito a ver com o modo de vida urbano, e mais recentemente com as transformações do espaço metropolitano, reestruturação da forma econômica das cidades fazendo com que tenha novas necessidades, tanto das novas tecnologias como da situação econômica no sentido de como eram as indústrias na década de 50 e como elas são hoje, às vezes as montadoras, os novos arranjos produtivos, enfim, fazendo com que tenhamos novos modos de vida e novas práticas da mobilidade, acredito nisso. Então esse sentimento cosmopolitano do meu ponto de vista é um pouco da aglomeração, na verdade talvez uma grande metrópole seja esse caldo cultural, seja pelas universidades, eu saio de Curitiba e venho para São Paulo ou para o Rio de Janeiro porque sinto essa necessidade, porque tenho ali um caldo, uma efervescência, porque é o efeito da aglomeração, positivo, e todo esse caldo que você tem em todas concentrações de grandes metrópoles. No entanto quando falamos da questão metropolitana de hoje, a lógica que se formou até agora, e que estávamos discutindo um pouco aqui, vai no sentido, como o Carlos comentou, do papel que cada município desempenha, porque hoje percebo que nas regiões metropolitanas os municípios sedes, como a Patrícia comentou, tem muita força e poder, e isso de certa forma orienta o que vai ser feito em termos da região metropolitana e a quebra dessa lógica é muito importante no conceito de metrópole, no novo conceito do papel dos municípios. No Paraná temos



royalties ambientais, acho que em Piracaia, que chamam o berço das águas, e Pinhais também, com 70% da área do município em área de manancial, eles não podem buscar atividades econômicas pela Lei, pelo zoneamento ambiental, e então recebem esses royalties do governo estadual por ter esse papel para todo contexto da região metropolitana. Isso nos mostra que de fato essa questão que o Carlos coloca do papel que o município desempenha, como por exemplo Colombo que é uma cidade dormitório da região metropolitana de Curitiba, no entanto seu papel enquanto dormitório de certa forma tem o ônus porque tem que dar toda assistência, saúde, educação, transporte, e ela por si só não tem essas condições, então acredito que hoje a forma como está instituída a metrópole, esse conceito, como a Patrícia falou, não tem funcionado... esses consórcios de fato são uma possibilidade e alternativa a esse domínio da cidade pólo frente às demais, e valorizando em seu papel cada município do local.

Outra questão que queria colocar, e acho bem importante em se tratando da mobilidade, habitação, saneamento ambiental, é a questão muito discutida dos programas de moradia na área central. Acho que a área central tem ficado abandonada nas grandes metrópoles, com o esvaziamento, vindo pelas taxas de ocupação por décadas, e isso é muito problemático, principalmente porque são regiões com infraestrutura, então promover programas de moradia na área central acho que é fundamental para as questões de saneamento, mobilidade,



emprego, habitacional em geral. Isso requer enfrentamento político porque todo enfrentamento de política de subsídios na área da habitação não é todo governo que se propõe a fazer.

Outra questão que queria colocar, não falei, da experiência da Colômbia também, com a Lei de terras, e tem outros artigos que podemos passar para vocês, mas eles têm uma política de controle de terras, intervenções públicas, que são muito interessantes, por exemplo se asfaltam determinada avenida, o poder público, os lotes lindeiros a esse asfalto como vão ser beneficiados, o privado vai ter que de certa forma pagar uma taxa a mais, retribuir, tem toda uma articulação. Um pouco para ir contra aquela corrente de que todo benefício da intervenção pública você tem uma apropriação privada dos benefícios públicos, que o poder público ao invés de, com uma série de intervenções, gasta recursos altos, no entanto a apropriação dos benefícios é da iniciativa privada, e no entanto essa a Lei de terras da Colômbia, é uma Lei federal, vem nesse sentido, quase similar ao nosso estatuto das cidades, mas tem coisas a mais que avançam, e o estatuto das cidades enfatiza muito a questão municipal deixando a questão metropolitana de lado, então todos esses instrumentos do estatuto das cidades, toda aplicação dos investimentos é sempre municipal, e isso faz com que a gestão metropolitana seja enfraquecida, já foi, e órgãos metroPolitanos importantes como a COMEC da região metropolitana de Curitiba está totalmente enfraquecido, quase



desmantelado, não tem força política para se instituir e fortalecer enquanto o órgão que gerencia todas essas questões que não são municipais, porque avançam, saneamento, mobilidade, e todas que tratamos aqui, elas avançam para além dessa questão. Trabalhei no município de Araucária onde o prefeito dizia que não iria fazer política habitacional porque atrairia pobres, no sentido de que não adianta fazer política no seu município se o outro vizinho não faz, e o outro também não faz, então a questão habitacional também, todas elas, não são municipais, se falarmos na metrópole tem que ter outro eixo, e aí vai essa disputa política que a Patrícia falou, que prejudica, no sentido do entendimento para uma cooperação metropolitana onde as ações que ultrapassam a escala do município tem um pouco desse papel de desenvolver a região.

Patrícia Laczynski

Já anotei várias coisas e não sei nem por onde começar, mas acho que vou começar pela Simone porque não fui só eu que falei do conflito, você comentou no final da sua fala do interesse da capital e dos outros municípios que acaba gerando conflito. Tem a questão da identidade que acho importante mas acho que o papel desse debate é fundamental porque se estamos pensando nas eleições municipais do ano que vem não é só a identidade e a construção da identidade mas o próprio Benedito falou uma coisa importantíssima, a vontade política, então temos o papel das lideranças



políticas, tem outros fatores, mas a liderança política é fundamental para pensarmos nessa cooperação que a Simone acabou de falar, se o prefeito não quer não adianta, então se conseguimos pensar em um debate nesse campo político pensando em novas lideranças políticas, nessa conscientização a respeito da operação intermunicipal acho que é o caminho fundamental também porque quando entramos nos consórcios temos o caso de municípios que se envolveram muito com o consórcio e depois mudou a gestão e o prefeito que chega não tem essa dimensão do que é o consórcio e o projeto vai por água abaixo porque o prefeito não consegue perceber a importância da questão regional, da cooperação. Acho que tem outras questões que podemos começar a discutir e até a pensar a partir do consórcio, nós organizamos no ano passado vários debates sobre o consórcio e inclusive a Carminha participou, então na questão do consórcio ele pode começar a partir de questões pequenas, talvez essa seja uma questão importante para eu discutir, tudo bem, regiões metropolitanas são grandes, onde está a concentração da população, mas acho que é uma questão talvez de pensar em projetos que vão se consolidando. Olhando o mapa da região metropolitana de São Paulo vemos que tem grandes consórcios já constituídos, e por um lado quem são os prefeitos que vão estar ao lado desses consórcios a partir de 2013 ? Então eles têm um papel importante nessa discussão em relação ao governo do estado a partir do consórcio, das subregiões, então essa questão de equilíbrio de forças é importante porque podemos discutir a política nacional, falamos muito aqui



da política nacional de habitação, de saneamento, de transporte, da importância de ter uma política nacional, e por outro lado talvez há incapacidade nos municípios, mas acho que isso acaba ficando em um debate que é mais ideológico, quanto de fato é importante ter planos nacionais quanto é importante capacitar os municípios para gerarem suas próprias políticas, acho que não é por aí.

Também queria trazer mais duas coisinhas, do próprio Peter, e falando da bibliografia, que vou trazer para vocês, tem uma coleção de cadernos do observatório das metrópoles, do caderno das metrópoles onde tem um número sobre gestão com o texto do Lefrev, do Geron e do Peter, do Marquinhos e da Roberta, que levantam várias regiões metropolitanas, fazendo uma análise que acho que vai para o mesmo sentido dos consórcios, mas é uma hipótese, talvez tenhamos que aprofundar, talvez as regiões metropolitanas que mais estão avançando são onde temos menos desigualdades em termos de tamanho de municípios, olhando a baixada santista há equilíbrio no tamanho da população e nos municípios, e da região metropolitana de São Paulo também, já São Paulo e São Lourenço da Serra estão nos extremos, e se pegarmos o consórcio do ABC que é uma região dentro da região metropolitana, tem mais equilíbrio, então talvez onde tem mais equilíbrio consegue-se trabalhar mais, é uma coisa para discutir. Por último, acho que nessa discussão das regiões metropolitanas é fundamental



colocarmos a questão do desenvolvimento econômico não só no sentido de indústrias, empresas, olhando para as regiões metropolitanas, para o território, e toda essa perspectiva que estão falando, cada um tem uma função, mas temos dentro das regiões metropolitanas muita economia popular, e se pensarmos, hoje estava falando com o Paulo que é Secretário do consórcio do ABC mas era Secretário de desenvolvimento econômico de Diadema, lá basicamente a economia é popular, então temos que pensar nesse perfil da economia, pensando em projetos de desenvolvimento local do mesmo jeito que o Marcelo comentou do interior, é fundamental discutir desenvolvimento econômico na perspectiva do rural, que é um outro, porque se não tratarmos esse lado continuará vindo todo mundo para cá, então pensando as diferentes realidades a partir da perspectiva do desenvolvimento econômico é interessante para o debate.

Sinoel Batista

Minha intervenção tem quatro pontos: fragmentação, coordenação, institucionalização política e o controle social. Como abre-alas, em todas as falas que tivemos, pela manhã e agora à tarde, há uma observação recorrente de uma federação imperfeita, porque ninguém disse que o arranjo federativo está bacana, funcionando, que todos gostamos, os papéis estão bem distribuídos, há lógica de concepção da política, onde estão os recursos e na sua forma de distribuição, enfim, e ai tecer críticas utilizando várias figuras de



imagem que na sociologia brasileira já foram cunhadas, em particular a questão do patrimonialismo, fartamente colocado aqui, até uma apropriação por grupos de famílias, e assim por diante. Parto do pressuposto que a federação está incompleta, está em construção, que funciona mais pelo princípio do ajuntamento do que pelo federalismo propriamente dito. Quando você volta no tempo a história da federação brasileira é essa, ela é forjada de cima para baixo, é pactuada como outros exemplos que temos. Nesse ambiente, quando discutimos a questão metropolitana e a questão das cidades em particular, não podemos deixar de discutir o interesse econômico. Em todas as falas, foram dadas várias pistas, a imagem que a Simone apresentou de Curitiba foi a mais eloquente, o corredor ladeado por espigas, prédios, mas na inversão da lógica, ou seja, aquelas terras deveriam ser ocupadas pela população de baixa renda, ou seja, por uma omissão, fragilidade ou por uma estratégia do gestor de estado, elas foram apropriados para interesse da especulação imobiliária. Remetendo a prosa da Malu e de produção e consumo. O estado como elemento indutor da produção, como detentor da capacidade de financiar a produção, muitas vezes não atua ao lado do consumo, da força de trabalho, da produção, e assim por diante, ou seja muitas políticas do estado acabam servindo para concentrar renda, e assim por diante. Tem outras inúmeras questões colocadas, como o esvaziamento das regiões centrais, isso é uma estratégia econômica, atrelado à indústria do automóvel, as famílias na década de 40 tinham 1 carro, ou nenhum carro, em 50 tinham 1



carro, e hoje as famílias têm de 5 a 6 carros, em uma família típica, os filhos com 18 anos, da classe média alta, tem 2 carros, quando não tem um sobressalente, e assim por diante, então a lógica da indústria acaba interferindo no modo de vida e no modo de produção das cidades. Feitas essas observações, para a formulação de uma proposta de política pública no âmbito do socialismo acho que precisaremos trabalhar com muita tenacidade em um primeiro grande desafio da fragmentação. Ele ocorre de várias ordens, uma fragmentação é a da escala, como falaram, deixando muito claro, fragmentação representada pela escala e pela identidade. É um tipo de fragmentação onde vivo na região metropolitana, como caso típico, eu moro em Carapicuíba mas não tenho pulso dos problemas da região metropolitana, e aquele de São Lourenço da Serra, também não tem, mas são exemplo que a Patrícia deu no café, que a moça que assessora sua casa gasta 1:30h para vir de manhã e 2h para voltar, nessa dimensão do consumo, do bem essencial que é o transporte, posso não entender da metrópole mas sou vítima da metrópole, então nessa lógica da fragmentação, incluindo elementos culturais, acesso, e um conjunto de outras variáveis nesse campo, mas ainda na fragmentação, temos a fragmentação política, pelas disputas, quando está no campo de um republicano está tudo bem, tenho um partido A com o partido B, e o C, é da natureza da democracia que estamos construindo, da necessidade de partidos, estamos criando espaços para a disputa, entretanto observamos que essa fragmentação política acaba prejudicando a construção de uma proposta



hegemônica em campo progressista, que interessa às forças de consumo na lógica da Malu. Entretanto é muito comum vermos, como acontece hoje em São Paulo, um tipo de hegemonia patrocinado pelo grande capital e os veículos de comunicação entorno de uma proposta como o malufista do Kassab representa, é um exemplo claro, quando falo da hegemonia, a hegemonia dos interesses da burguesia é forjada, e a hegemonia nos campos populares é destruída e massacrada.

Na coordenação com o histórico da federação na fragmentação, mais as disputas de ausências de uma proposta hegemônica no campo progressista acabam muitas vezes dificultando a coordenação, e intermunicipal, que refletem nas várias experiências que a Patrícia trouxe, por exemplo da questão dos consórcios intermunicipais e agora como consórcios públicos, quando você tem um prefeito que não tem a dimensão e o papel da articulação regional, e ele assume, e não dá essa continuidade, com dificuldades para fazer a coordenação intermunicipal nessa linha, e também tem a dificuldade de fazer a coordenação estadual, porque observamos que a constituição federal tira do governo central, e que já não tinha nos governos municipais, concentrando poder para o estado para fazer a definição de regiões metropolitanas. Os estados raciocinam com a lógica ainda da estrutura autoritária para não empoderar essa instância chamada de regiões metropolitanas. Não tenho convicção e segurança como tem o Bachiega ao afirmar que o arranjo



federativo não comportaria uma outra esfera, aqui fico com o Guimarães Rosa, "Não sei de nada mas desconfio de tudo", quer dizer, a impressão é que nesses espaços metroPolitanos este arranjo, pode ser que a quarta esfera da federação não seja a melhor solução, mas desconfio com quase certeza que o arranjo que temos hoje é insuficiente, não dá conta, sem fazer uma reforma ou ajuste é impraticável fazer, e ainda que goste muito da experiência dos consórcios acho que eles não suprem essa questão e o exemplo da região metropolitana de São Paulo é muito típico, claro, porque as identidades não são da região, onde partes delas, como a região do ABC, que acho é o exemplo mais claro no Brasil, porque tem uma identidade muito própria, característica, então a coordenação da esfera estadual é frágil. A coordenação interfederativa que compete à união também é frágil porque ela não entra na disputa dos estados e municípios nesse aspecto em particular, não por omissão, por conta da falta de uma hegemonia política e daí volto à indagação, ou seja, o arranjo federativo é insuficiente, insuficiente porque falta um quarto ente ou insuficiente porque falta a mudança de ajuste tirando poder da esfera estadual transferindo-o para municipal.

Da institucionalização da política ou das políticas. Está relacionado ao financiamento e aí tem uma questão terrível na federação brasileira que é da assimetria e dos posseiros do dinheiro público. Quem tem poder de financiar a política pública é a união, depois os estados, e com muito pouca capacidade os



municípios, e muito pouca, pouquíssima, quanto menor for esse município. Tem dinheiro nas mãos o governo federal, o estadual, e os grandes municípios, em escala muito menor do que as duas anteriores, mas tem muito pouco e quase nenhum nas mãos dos governos municipais pequenos, de pequeno-médio porte. A institucionalização de políticas dessa natureza é difícil, da natureza de trabalhar as questões metropolitanas. Por exemplo, do Basciega, que se materializa na região do ABC, foram construídos um conjunto de piscinões, no planejamento estratégico que fizemos lá ficou claro que o governo federal ajudou colocando dinheiro para ajudar a construir, o governo estadual ajudou para construir, os governos municipais também, e a encrenca que a enxurrada leva lá para dentro, com pneus, cavalo morto, e toda espécie de lixo, sendo que com 3 anos de uso metade da capacidade de armazenamento já se foi. Custa para a limpeza quase 20% da construção. Ninguém paga a conta mas como o equipamento está no território dos municípios... e tem uma série de coisas, então essa dificuldade de financiamento acaba prejudicando a questão do fortalecimento do financiamento, da capacidade de gestão e da consolidação de novos arranjos, em particular os consórcios públicos, antes administrativos, e os novos arranjos com agências, associações, e coisas que valham.

Por último um elemento muito relevante. Quando vi, e talvez vocês não estejam tão impressionados com o material que a Carol apresentou, mas



queria dizer por quê. Há poucos anos, tinham quantas entidades trabalhando esses temas das cidades pelo olhar da sociedade civil? Acho que na cidade de São Paulo o primeiro é a Rede Nossa São Paulo, e nesses últimos 3 anos é impressionante a quantidade dessas instituições que têm surgido, e gente da sociedade civil mas que não é da sociedade civil do tipo ranzinza, mal-humorado, é gente que já esteve no estado, já esteve em partidos políticos e de certa forma, não digo da apatia, mas há insatisfação com essa estrutura tanto partidária quanto do estado, e acabou se organizando, ou seja no Nossa São Paulo, e outras, o espaço Ágora, na cidade do Baciéga, e em muitas outras. Então acho que a grande novidade que temos, emergente, são essas fontes.

Ana Carolina Evangelista

E a articulação é muito setorial, não é só da sociedade civil, como talvez no modelo anterior você estava dizendo, mais dialogando com o estado e o setor produtivo de empresários.

Sinoel Batista

Exatamente, ela tem essa capitalização e é capaz de trazer gente da Academia que também está frustrado porque a Academia é um poço de vaidades e de improdutividade, e de outros poços. Então do meu ponto de vista acho que essa é a grande novidade, e que compete com os partidos porque tem um diálogo moderno, muito rápido e horizontal.



Colocaria essas questões como eixos para trabalharmos na formulação de um debate de políticas públicas.

Ana Carolina Evangelista

Só um exemplo, e que não tem a ver necessariamente com o programa de metas, dentro de todas essas mobilizações São Paulo por exemplo na Câmara de vereadores acabou de fazer uma consulta pública com base nos indicadores de percepção desses movimentos em uma consulta pública para definir suas prioridades e indicar para todos vereadores da Câmara a partir desses eixos.

Esses movimentos tem apoio de Fundações independentes, não necessariamente ligadas a alguma empresa e Fundações empresariais basicamente. É chamada de independente porque não depende da gestão de uma

Carlos Siqueira

Achei hiper importante essa oficina com o conjunto de especialistas de diversas áreas dentro da questão urbana e na medida em que vocês falavam já pensava como vamos utilizar esses dados e tantas informações importantes para pessoas que estão completamente por fora dessa questão, principalmente quando você pensa em prefeitos, vereadores, de pequenas cidades, mesmo das médias cidades, e às vezes até das grandes, é impressionante a ignorância que existe sobre política pública urbana mesmo



porque não há uma cultura de formação de quadros, quer dizer, acho que o grande problema, e por isso que a sociedade, em boa hora, está se mobilizando para qualificar a questão urbana, é porque em certa medida os partidos políticos abriram mão de preparar seus quadros para administrar, quer dizer, você disputa o poder pelo poder e não o poder com objetivo de implantar ou implementar determinadas políticas, e isso é a coisa mais negativa que aconteceu nos últimos anos, por um lado, e por outro ainda tem o mais grave ainda, que os partidos de esquerda abriram mão das posições de esquerda e de defender as classes sociais claramente como faziam no passado, com foco político e ideológico que passou a ser encarado quase como preconceito porque quando falamos de todos dados que vocês apresentaram estou olhando e vendo as cidades, os programas que estão sendo apresentados agora em governos de esquerda, embora tenha muitos aspectos positivos, como teve também o BNH, e tantos outros, os implementados no governo Getúlio Vargas, as primeiras políticas urbanas mais claras, as primeiras políticas habitacionais do Brasil para a área urbana, mas não tem um corte claramente ideológico porque não enfrenta a questão central da propriedade da terra urbana, não há conflito, eu não ouvi, e se vocês ouvirem é bom que me informe porque vou ficar satisfeito, um único grande empresário ou um único grande proprietário de terra no Brasil reclamar de qualquer programa de governo do Brasil, incluindo este do Minha casa, minha vida, não há, porque não há nenhum corte ideológico, dizem que vão tentar resolver mas não vão



mexer nos interesses, esse acho que é um corte ruim porque o que está acontecendo na crise da Europa diz muito respeito ao afastamento dos partidos de esquerda de suas plataformas políticas. Hoje eles se equivalem. O partido trabalhista inglês ou o partido conservador, claro que não são exatamente iguais, mas tem nuances, do ponto de vista essencial não há diferenças fundamentais e nós estamos mais ou menos na mesma linha, não temos grandes diferenças, estamos um pouco melhor, eu acho, ainda, do que os europeus, mas não é uma diferença assim tão grande. Acho que talvez essa crise até nos remeta a pensarmos um pouco melhor essa questão para que, primeiro, os partidos retomem sua responsabilidade de formar quadros e qualificar a atuação política porque quando você fala com uma pessoa comum ou que não está no mundo da política e você diz que é político é quase que uma coisa que a pessoa fica pensando, “será que ele é rico, que está roubando muito?”, em uma coisa muito construída pela mídia mas que tem um sentido, digamos que não é uma invenção da mídia, tem base na realidade também.

Na questão mais concreta foi muito importante, e serão muito importantes esses dados para o nosso trabalho mas precisamos seguramente avançar um pouco mais, quer dizer, a partir dos elementos, das informações, que são importantíssimas para quem vai fazer política pública, porque você não pode fazer ou planejar política pública sem o histórico das políticas que estão sendo implementadas, ou que foram no passado, mas temos de pensar também um pouco pragmaticamente, estamos em uma democracia, e ao contrário do que



toda gente pensa não é uma coleção de acordos, é coleção de desacordos, cada um tem a sua, quem consegue ser hegemônico vai ter mais influência, não sozinho, teriam influências distintas, e isso não é ruim, mesmo. Vamos partir para um ano eleitoral onde queremos mostrar a preocupação do partido com esta questão que consideramos importantíssima, além de gravíssima, a questão urbana no Brasil, em vários planos. O primeiro no plano nacional, grandes metrópoles, grandes problemas, de saneamento, violência urbana, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, quer dizer, como vivem boa parte dos habitantes dessa cidade, nas principais regiões metropolitanas do Brasil que foram mostradas, que é uma quantidade considerável de cidadãos. Vivem em uma condição de subcidadania e tratamos aqui de um partido socialista, então como nós podemos, digamos assim, mostrar o problema e ao mesmo tempo apontar para determinadas soluções, é uma questão nacional, a questão urbana não é uma questão local hoje no Brasil, a meu ver, é uma questão da política nacional até porque a solução dela não depende apenas do prefeito, nem apenas do governador, ou ficam unidas as três esferas, sobretudo com o empenho fundamental do governo federal ou não temos grandes soluções, temos soluções pontuais como estão acontecendo, que resolve um pequeno problema ali, como o Maluf que faz o Cingapura, hoje faz o Minha casa, minha vida, outro faz o teleférico no morro do alemão, mas não tem uma visão pegando o conjunto de problemas oferecendo um conjunto de soluções tentando a cooperação de todos entes federativos, mas há também a

sociedade civil, que é outro elemento importantíssimo para busca da solução desses problemas, então acho que precisamos de um momento para apresentar esse conjunto de problemas, experiências e eventuais soluções sem ter a ilusão que pretendemos resolvê-los em curto prazo, tendo a clara consciência de que é um problema de longo, ou para o médio-longo prazo, onde acho que primeiro precisamos de uma conscientização que o problema é grave e requer bastante estudo e acúmulo de informações para serem resolvidos. Temos os programas que podem ser de médio prazo, de curto, médio e longo prazo. Há problemas de curto prazo e eles podem ser resolvidos e estão sendo resolvidos. Há muitas experiências exitosas em municípios pequenos, médios e grandes, e aí acho podemos exercer um papel maior na formulação dos programas de governo dos nossos candidatos. Como? Todo programa de governo deve ser orientado por uma série de valores, existem valores políticos, valores sociais, e acho que são valores que temos que dizer, “olha, um candidato do partido socialista ou o candidato comprometido com a solução dos problemas em seu programa de governo tem que se pautar por determinados valores que serão apresentados também “, portanto isso se reflete em propostas concretas de soluções de determinados problemas municipais, e aí acho que tínhamos que pensar em soluções, procurando onde tem soluções exitosas, como coisas exemplares, e temos, se procurarmos. Conheço alguns do nosso partido e de outros partidos também, você coloca até partidos como o PMDB, que é um partido complicado no plano uma racional e



tal, e você encontra prefeitos bons, e de outros partidos. No nosso partido também temos prefeitos excelentes que podemos coletar essas experiências positivas para fazer um vínculo com um programa geral para dar uma feição de programa orientando a formação dos programas.

Nosso objetivo é chegar no próximo ano reunindo todos pré candidatos em 2 dias de Seminário com uma visão geral, com a visão de soluções para o curto, médio e depois para o longo prazo, para pequenas, médias e grandes cidades, porque estaremos na disputa em todos municípios, deveremos ter mais de 1000 candidatos, cerca de 1500, com municípios desde Belo Horizonte, Curitiba, e outros grandes, como Campinas, e em municípios também como Quixeramobim no interior do Ceará, ou Exu no interior de Pernambuco. Vamos ter essa fase do curso agora e podemos pensar nisso, para a base do partido, vamos ter o programa nacional na televisão, depois o Seminário nacional para tratar do tema, e nesse Seminário talvez pudéssemos realmente apresentar em 2 dias completos de programação antecedido pela abertura onde seria explicado a dinâmica para colocar de maneira mais concreta, e que pudesse resultar em uma publicação com a visão geral do problema das cidades grandes, médias e pequenas, apontando para determinadas soluções, que tanto podem ser conceituais, acho que são importantes, para os prefeitos estarem conscientizados dessas políticas, inclusive para poderem reivindicar ao governo federal, porque acho que esses movimentos dos prefeitos são muito despolitizados nesse sentido, eles não se prepararam adequadamente para



exigir do governo federal soluções mais adequadas para os problemas da cidade. Então essa oficina será muito útil nesse primeiro momento, para fazermos o documento para o curso de formação política que vai para a militância, e a direção do partido, mas acho que precisaremos de uma outra fase onde vamos procurar avançar porque vimos uma série de dados importantíssimos, uma série de experiências, mas precisamos avançar em propostas mais concretas, do ponto de vista ambiental nas cidades grandes, do ponto de vista das políticas de habitação, da política cultural, a política de esporte, cultura, lazer, e as cidades também que são fenômenos culturais, precisam ter essa questão da cultura, utilizar a cultura como alavanca de mobilização da população, e dando um corte, digamos assim, em políticas preferenciais para dar um tratamento adequado a quem mais precisa das políticas públicas porque em uma cidade como São Paulo, são várias cidades, estamos em um bairro aqui que está praticamente tudo resolvido, agora, se você anda mais alguns quilômetros encontra... e no Rio de Janeiro não precisa, basta olhar para cima, você já vê. É a questão do que vamos fazer com os problemas que estão aí, vamos planejar, e aí, o que já está feito, como uma grande favela, qual é a solução? E para qualquer cidade brasileira, todas têm sem exceção, até Porto Alegre, na semana passada estava vendo uma favela que nem imaginei que tivesse daquele tipo em Porto Alegre, então, acho que é um desafio, não é uma coisa simples de fazer, tenho plena consciência, e requer mais especialistas, com a soma de esforços, e é mais difícil ainda



conscientizar os administradores do problema, e mais ainda fazer com que possam implantar políticas que realmente deem certo. E agora, fico animado porque concretamente temos experiências muito, muito positivas, que conheço. Temos um prefeito, que é prefeito pela sexta vez em Pernambuco, em três cidades diferentes,. Ele é um homem simples, o Marcelo e o Sinoel devem conhecer. Ele começou a ser prefeito de uma cidade de 20.000 habitantes quando não existia reeleição, e foi um êxito completo nessas cidades. Na época ele foi muito criticado porque não aceitou um financiamento do Banco Mundial, porque o Banco que dizia como tinha que ser feito, e ele disse, “não, não faço. Vou fazer da maneira que acho que é mais importante para a população. Não vou fazer isso”. Ele não quis o financiamento. Foi um sucesso absoluto. Fez o sucessor, que foi um fracasso, e voltou a ser prefeito dessa cidadezinha da região metropolitana de Recife, e ai fez um sucesso tão grande na segunda administração que passou no final de mandato a aparecer, de uma cidade que na época tinha 80.000 habitantes, Igarapu, uma cidade histórica de Pernambuco, ele era o nome mais forte para concorrer à prefeitura e ai mudou de domicílio eleitoral foi candidato nessa cidade que hoje deve ter mais de 120.000 habitantes, e ai fez uma administração tão boa que foi reeleito com 78% de votos para essa mesma cidade, consolidando nesse segundo mandato uma administração tão boa que passou a ser na cidade adjunta, que tem 350.000 habitantes, Paulista, lá passou a aparecer nas pesquisas como sendo o nome ideal para ser prefeito daquela cidade, e mudou



o domicílio eleitoral para aquela cidade e foi eleito na terceira cidade. Ele está no segundo mandato nessa terceira cidade e não sei onde ele vai parar. Na terceira cidade foi reeleito com um índice de mais de 75% dos votos válidos, agora está quase no meio do mandato nessa sua sexta administração municipal. Ele estava me dizendo uma coisa interessante, na cidade melhorou a qualidade do ensino e os colégios particulares começaram a quebrar, e agora eles estão oferecendo para ele comprar os prédios porque os alunos preferem ficar na rede pública porque melhorou a qualidade do ensino. E não é um homem culto, ele trabalhava em uma fábrica do José Ermínio de Moraes, na primeira cidade, mas ele tem capacidade administrativa sabe escolher as administrações, sabe procurar, conhece as pessoas que conhecem as coisas, e como ele acho que é um caso único, é realmente muito particular, mas que mesmo no nosso partido, em vários estados, temos administrações muito boas, com aprovação muito grande da população, com soluções, na situação que hoje para os municípios não é fácil fazer uma boa administração, nas capitais e cidades grandes ainda tudo bem mas nos municípios pequenos, e quem trabalha com pequenos municípios sabe o sacrifício que é, então é inteiramente impossível. O que falta na verdade é uma solução política e uma definição de um partido, de administradores, de pessoas que assumam essa responsabilidade, de ir mudando a realidade, então acho que precisaríamos dar esse segundo passo em outro momento, com vocês, e mais outras pessoas, pensando nessas políticas, no que podemos sugerir, e claro que podem



levantar uma série de outras questões mas acho que nós já temos, nós como partido, nós como Fundação que temos obrigação de pensar nas políticas públicas precisamos chegar naquele momento de dar as sugestões, pelo menos, para essas diferentes dimensões de cidades, para o curto, médio e longo prazo. Acho que seria esse o nosso desafio e gostaríamos muito, e quero aproveitar para agradecer mais uma vez por terem aceitado o convite da Fundação e da Quanta, e agradecer mais uma vez a Quanta por essa contribuição dizendo que vocês estão convidados para continuar no segundo passo desse desafio acho que temos que avançar até o final do ano chegando já com algumas elaborações mais do ponto de vista propositivo, isso seria muito importante para nós e para o nosso partido, e também para os futuros administradores.

Sinoel Batista

Bom, vamos falar do encerramento, mais alguém tem alguma outra observação ?

Carlos Bachiega

Só queria fazer um último comentário cima do comentário do Sinoel em relação à questão talvez de uma possibilidade da criação do quarto elemento, e vou perdoar o comentário dele porque o conheço há muito tempo e sei quanto ele é impiedoso, é coisa da juventude.



Entendo que vivemos ainda um momento de transferência de um período muito grande de práticas autoritárias, de modelos autoritários e centralizados, ainda vivenciamos a questão da democratização e acho que ainda não fizemos a tarefa de casa, no que diz respeito ao fortalecimento do município, porque ainda não conseguimos fazer a reforma tributária, só passamos atribuições, não passamos ainda recursos, ainda não conseguimos fazer a tarefa de casa de construir uma democracia mais participativa e mais direta, ainda insistimos muito no modelo representativo, ainda não conseguimos fazer a tarefa de casa no que diz respeito à estruturação e fortalecimento dos partidos políticos, que acho que é uma coisa, diria até vergonhosa para a democracia brasileira, a questão de como os partidos se comportam, e já tive oportunidade de falar isso para o Siqueira onde estive participando de um evento da Fundação em Recife, quando fiquei admirado da maneira, ou do trabalho, que o PSB faz com seus militantes na discussão, e tudo mais, perguntei “por que não faziam isso lá em São Paulo?” Porque sabemos da dificuldade. E principalmente ainda não fizemos a tarefa de casa de romper com o modelo de estado que é um estado que compactua muito com o capital, e muito nessa questão específica que estamos tratando da urbanização, que ainda serve muito aos agentes reprodutores e produtores das cidades brasileiras. Acho que essa questão do dinheiro público sendo apropriado pela iniciativa privada, da forma mais horrorosa que possa existir pela expressão da especulação mesmo e não da questão da produção em si, ainda não conseguimos fazer essa tarefa de casa e



romper com esse modelo. Minha perspectiva e minha meta é que ainda temos que fazer essas tarefas de casa. Acho que essa questão de pensar em uma outra solução, em um outro ente federativo, é uma coisa muito precipitada, eu acho. Até porque acho que essa ideia não é garantia de que as coisas vão dar certo porque ainda estamos muito aquela experiência que o ente federado consegue ter uma gestão de sucesso, eficiente ou eficaz, por conta de iniciativas pessoais, até, como é o caso do prefeito citado. São coisas isoladas, como tem coisas isoladas de diferentes partidos, que ideologicamente defendem bandeiras diferentes, mas você consegue ter experiências positivas em administrações locais, então sou um árduo defensor ainda da questão local e acho que esse é mesmo o caminho, e acho que não estamos conseguindo fazer a tarefa de casa. Acredito muito nisso, acho que na realidade precisamos fazer a tarefa de casa, e aí coloco o seguinte, como uma questão acho que para podermos detalhar um pouco mais nessa segunda fase. Talvez de propostas mais pontuais, por diferentes políticas setoriais, da questão da reforma urbana, e já conseguimos avançar na Constituição quando conseguimos inserir o conceito da função social da propriedade, a função social da cidade, que foi graças ao movimento social, o movimento popular da emenda. Conseguimos avançar depois na questão do estatuto das cidades, com todas as falhas, todos os problemas que ainda tem, mas ali existem uma série de instrumentos que tem com o intuito romper exatamente essa relação do governo local com os agentes produtores da cidade nessa visão de reprodução do capital, e que



ainda não conseguimos avançar. Conseguimos construir vários planos municipais, uns de forma mais participativa outros de forma mais democrática, e tudo mais, mas ainda não conseguimos implementar esses instrumentos, Se pegarmos só a questão do imposto progressivo, e tudo mais, qual é o município que já tem isso na prática funcionando, regulamentado, e também a questão do usucapião coletivo. Tem um município que tem um instrumento que acho muito interessante, que em todo empreendimento de produção de um novo loteamento, de novo empreendimento imobiliário, que seja, é obrigado a destinar um tanto da área que é transferido para poder público com uma função já travada para utilizar em habitação de interesse social, para o município não ter que ficar desapropriando, e principalmente para que a política de habitação seja inserida na malha toda da cidade e não de repente em uma área com 3 km de distância do centro urbano. Então são algumas coisas práticas, e acho que até simples, acho que ainda não conseguimos fazer essa tarefinha de casa, então tem uma série delas que precisamos fazer cumprir dentro da estrutura que propomos de estado. Acho que isso às vezes é muito ansioso, quer dizer, ainda não fizemos a tarefa de casa, ainda não experimentamos isso, ainda não conseguimos fazer a democratização e começamos a buscar outra solução, outro desenho, que não é garantia de sucesso e eficácia também.

Marcelo- Na verdade quando organizamos essa conversa, parte das preocupações era ter de alguma maneira asserções sobre a questão do que



fazer com o tema da cidade. Não chegamos lá e estava tentando entender por que não chegamos, muito embora tenha sido feita essa provocação de origem. Eu me formei em uma disciplina que sempre pensou genérico, na economia como regra quando você fala de taxa de juros só tem uma escala, a nacional, taxa de câmbio, não tem taxa local, então assim, estava refletindo um pouco o seguinte, esse caminho para chegar nas propostas concretas, no como, e a questão que envolve as cidades sempre envolvem o particular, de alguma forma, talvez tão importante como ter encaminhamento seja ensinar as pessoas, mostrar para elas o que tem que ser visto no território, ou seja, que tipo de diagnóstico eu como agente político deveria fazer para pensar a questão das cidades, mas acho que isso não é claro para as pessoas, o que devo olhar quando assumo uma administração municipal, porque assim, não conseguimos fazer uma solução para cada problema, mas talvez possa ver que tipo de dificuldade temos ao olhar e pensar Politicamente a questão das cidades. Sem prejuízo do que você propôs, acho que nossa tarefa seria a dupla: primeiro organizar referências de êxitos no enfrentamento das questões urbanas, acho que é uma coisa interessante para ser feito, segundo, e acho que aí todo especialista poderia dar uma contribuição, o que todo agente político deve olhar ao assumir o mandato antes de produzir um programa de governo, indo para o território, naquela questão do sobrevôo quando assumiu a prefeitura, no que devo me preocupar como agente político. Depois assim, eventualmente encaminhar algumas propostas que eventualmente possa



servir como guia rápido, se for o caso. Como uma questão prática de encaminhar suas demandas.

Outra coisa que acho que a gente não consegue evitar, eu me formei dentro de uma tradição marxista, graças a Deus permaneci marxista durante toda minha vida, não cai no modismo de ter desviado de minhas convicções teóricas, e engraçado, porque me lembro que na questão das cidades, quando fazia faculdade, acabando o curso em 1984-85, veio um texto de referência produzido pelo Paul Singer e a Emilia Maricato, que pensava a questão da cidade a partir da renda da terra com a categoria marxista, e também declino da minha convicção firme que se não houver, se um partido de esquerda não enfrentar a questão da propriedade, e pensando de maneira generalizada, como economista, não consigo pensar como urbanista, se essa questão não for pontuada como questão central do debate vamos estar sempre na periferia deles e não vamos chegar nunca em lugar algum. Alguém tem que assumir essa tese. Sem resolver o problema fundiário não temos mais o que conversar e nesse momento em particular só interessa conversar isso o mais seria consequência do tipo de encaminhamento que você consegue fazer a partir disso.

Carlos Siqueira

Permita-me, na primeira observação acho que é totalmente complementar ao que eu tinha falado, e esqueci de falar, por exemplo, quando você vai ao



município, e é outra coisa que talvez tenhamos de estimular, o prefeito por exemplo, assume um município e sempre pensa em fazer essas coisas políticas municipais, as obras, tudo bem, temos que pensar nisso, mas e a vocação do município, ou então ele espera que um dia chegue uma grande fábrica no município, quando poderia ter várias iniciativas pequenas que poderiam dar vida econômica àquele município. Recentemente andando pelo interior de Pernambuco assim que estive por lá fiquei satisfeito porque comecei a ver que em alguns lugares há iniciativas próprias, de municípios que vi por décadas e décadas, e quando você volta depois de 10 anos parece que tem as mesmas casas, parece que nem foram pintadas, e agora você volta e vê que começam a aparecerem iniciativas, tem gente que abriu loja, uma fabriquinha, desenvolveu um artesanato local e tal, então essa ideia também de olhar o potencial econômico do município, a partir dele próprio, não que fica excluída da possibilidade de ter a fábrica, se vier excelente, mas com a iniciativa que possam desenvolver. Qual é a vocação do município? Geralmente isso deixa os municípios... e aqui em São Paulo talvez vocês não sintam muito isso porque o estado é muito desenvolvido comparativamente com outras regiões do país, no sul também, porque lá já tem muitas cidades com vocação turística, com alguma capacidade econômica e se desenvolveu, mas no norte, no nordeste, o norte então é uma tragédia, você visitar os municípios. Então essa vocação econômica é outra coisa que às vezes é mais importante. Outro ponto importante é quanto a capacidade administrativa de fazer coisas que são



importantes também, necessárias, de promover o desenvolvimento a partir do local, da vocação do município.

Patrícia Laczynski

Na verdade acho que não vou apresentar nada de novo mas esse debate me inspira. Concordo com o Baciega, eu também sou muito mais a partir das iniciativas que vêm do local, nesse sentido, e concordo também com o Siqueira, tem uma pessoa no Maranhão, o Leo, que foi Secretário da Agricultura, aquele que eu disse que foi quem esperou toda a formação do consórcio, mas é importante falar que o Leo Costa antes de ser Secretário da Agricultura em São Luís foi prefeito de Barreirinhas, que é um município famoso porque é a porta de entrada dos lençóis, mas na época ele nem era. Outro dia estava lendo um texto da professora Marta das ciências políticas da USP onde fala que são as políticas nacionais que tem a capacidade de fazer com que se diminua a desigualdade entre os municípios, entre os gastos públicos, enfim, cheio de números, números, de fato bastante interessante, consegue fazer um levantamento bastante interessante, mas depois estava lendo um texto mais jornalístico do Marcio Moreira Alves que fala do Leo Costa, falava do consórcio, mas começa dizendo que o Leo era prefeito de Barreirinhas e ai estava preocupado com a D. Maricota, uma cidadã de Barreirinhas, e vem essa história da agricultura na cabeça dele desde lá, com a ideia de como conseguiria potencializar o município com tanta gente passando



fome, “não é possível, temos que trabalhar com a agricultura, que é o forte de Barreirinhas, e como pensar no desenvolvimento local?”. Ele vem levando essa ideia, chegando na Secretaria de Agricultura de São Luís consegue desenvolver o consórcio. Ele diz que os prefeitos passam do município para a capital sem olhar para os municípios, eles passam pela rodovia e não olham para esses municípios, e o caminho é: município-governo do estado-Brasília, e não conseguem olhar para o município do lado, então nesse sentido acho que a ideia da cooperação é importante. Lembro daquela foto que a Simone trouxe, de um monte de carros, um monte de carros e tem uma mulher tentando subir, é isso, sei que é difícil olhar para a região metropolitana e olhar a D. Mariacota, mas essa questão humana dentro da discussão acho que é fundamental mesmo e talvez só a partir do local que conseguimos, enfim...

Sinoel Batista

Bom, não vou defender aqui a reforma constitucional, para terminarmos a reunião próxima do horário previsto.

Carlos Bachiega

Desde que entre na lista das outras reformas...

Sinoel Batista

O Leo Costa é uma figura muito genial, me lembra muito o Montoro, pensa naquela coisa do pequeno, da organização, acredita no município, é



municipalista, o sentimento do municipalismo autêntico é expresso pelo Leo e ele foi responsável pela plantação de acerola em Barreirinhas, foi ele quem plantou acerola e estimulou a fazer geléia, suco, e de algo que é exótico no Maranhão.

Siqueira, com sua indicação estava pensando em vertebralizar sua preocupação, e fiquei com algumas imagens, que vieram em função da sua fala em função de algumas ferramentas que temos desenvolvido, em particular o Marcelo, com ajuda do Fred e do Zé. É o seguinte, a Fundação tem um acervo valiosíssimo, de textos, que nós mesmos produzimos também, referência bibliográfica, sugestão de música, teatro, enfim, uma infinidade de temas que se relacionam a várias políticas públicas e problemas em particular, com vídeos de altíssima qualidade já produzidos, e outros tantos que você está produzindo, e fiquei com uma imagem, claro que entregar aquele material de 3, 4 anos atrás agora para a militância pode parecer uma coisa velha, é um risco, e fiquei imaginando se com as informações que estamos reunindo agora poderíamos organizar uma cartilha, não no sentido pejorativo, uma publicação, mas com uma linguagem simplificada, não simplista. Com dois elementos: um gráfico, com ilustrações, porque quando você tem um texto e uma ilustração, por exemplo aquela do caos do trânsito, chama atenção, uma boa ilustração ao lado de um texto se a pessoa se identifica com a mensagem da ilustração ela fica estimulada para ler o texto, e se o texto for um texto rápido e simples, melhor ainda. Então esse seria o primeiro elemento desenvolvendo uma



publicação com uma linguagem não acadêmica, inovadora do ponto de vista da técnica da comunicação com textos simples e rica em imagem, que pode ser desde ilustração, e até cordel pode ser agregado com algumas ilustrações típicas regionais, mas como aproveitar o material já produzido. A cartilha reverberará no modo eletrônico, no site da Fundação também, e tudo aquilo produzido por links fazendo a vinculação do texto da cartilha com a aula tal, do tema tratado na aula tal, e o outro conceito desenvolvido no texto tal da aula tal, clicando. É uma cartilha simples entretanto o que tem por trás é um acervo gigantesco. E imaginei outra coisa, de repente pela questão do tempo, e de dinheiro, por exemplo como poderíamos desenhar uma estrutura básica de programa de governo, estrutura básica de um projeto de intervenção em uma favela, que preocupação o candidato a prefeito precisa ter quando pegar o microfone para falar para os favelados e dizer que como candidato promete que vai fazer tal coisa, que não vai lá prometer bobagens. É um roteiro básico que poderia ajudar, e da mesma forma como o município pode fazer a implementação do imposto progressivo, porque ele pode ser muito progressista mas se contratar como assessor jurídico o cara que representa a UDR da cidade, acabou, ele vai convencer o prefeito de que é bobagem e não vai fazer aquilo. Então é uma cartilha em camadas, que chama atenção, aproveitando o material já desenvolvido, porque a vida útil daquilo ainda está longe de ser esgotada, aproveitando e procurando naquela linha de



desenvolver modelos, claro que não é um modelo auto aplicável, mas para fazer intervenção em área de favelas precisa pensar nisso, nisso e naquilo.

Carlos Bachiega

Acho que precisa fugir um pouco das políticas setoriais com uma visão mais articulada no todo, até porque propicia na hora de definir uma estrutura de gestão, administrativa, prioridades...

- E saber onde estão ocorrendo os problemas. Tem uma carência de pessoal técnico no estado e ele precisa desse apoio mas não encontra no estado, por isso a visão geral é importante, onde ele pode ir buscar as soluções quando tiver a noção geral e as políticas.

Sinoel Batista

Bom, chegamos ao final, muito obrigado a todos e a todas e esperamos poder contar com vocês para as próximas.



Carlos Alberto Bachiega: Arquiteto Urbanista, consultor para políticas públicas, com experiência em instrumentos de planejamento e planos diretores setoriais. Coordenou a construção de vários Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, Planos Municipais de Saneamento Básico, Plano diretor de preservação, conservação e recuperação de recursos hídricos e auxílio na estruturação da Política Nacional das Águas do Uruguai através de Consultoria pelo PNDU/BID. Foi gestor da Empresa Municipal de Urbanização, responsável pela construção de moradias populares pelo sistema de mutirão e do Departamento de Água e Esgoto, no Município de Penápolis. Fez parte da equipe que elaborou o Guia CAIXA de Consórcios Públicos, para a CEF.

Benedito Domingos Mariano: Mestre em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo. Um dos fundadores do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Foi Ouvidor da Polícia Civil e Militar do Estado de São Paulo (1995 a 2000). Secretário de Segurança Urbana de São Bernardo do Campo. Coordenador da Câmara Setorial de Segurança Municipal do Grande ABC. Presidente do Conselho Nacional dos Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública (CONSEMS). Membro do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP).

Simone Polli: Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (1997), Mestrado (2006) e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Trabalhou nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design na Universidade Cruzeiro do Sul em São Paulo. Sócia-fundadora da Ambiens Sociedade Cooperativa. Tem 10 anos de experiência com trabalhos técnicos na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase nos seguintes temas: habitação, conflitos, meio ambiente, mobilidade e planejamento urbano.

Patrícia Laczynski: Doutoranda e mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP-FGV – o tema da tese de doutorado é consórcios intermunicipais



como instrumentos para combater a desigualdade territorial. Atualmente é professora do Centro Universitário SENAC. Tem experiência em governo (Secretaria de Governo, onde foi assessora, e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Ação Regional da Prefeitura de Santo André, onde foi Diretora de Relações Internacionais, Secretária Adjunta e Coordenadora da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades), experiência acadêmica, (Centro de Estudos em Administração Pública e Governo - FGV), experiência em assessoria e pesquisa (Instituto Pólis e consultoria própria) e atuação nas seguintes áreas: desenvolvimento econômico local, integração regional (consórcios públicos e regiões metropolitanas), política de trabalho, relações internacionais, planejamento orçamentário e de programas / políticas públicas.

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins: Professora Doutora e Diretora da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU-USP.